

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 01 DE DEZEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.970

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dado Cherem
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
Marcos Vieira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
Serafim Venzon
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Jean Kuhlmann - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Professora Odete de Jesus -
Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1970
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 094ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 27/11/2008.....2

Atos da Mesa

Ato da Mesa DI.....10
Atos da Mesa10

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....12
Atas das Comissões
Permanentes12
Ofício.....14
Portarias16
Redações Finais.....20

PLENÁRIO

ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Décio Góes - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comenta os recursos do governo federal destinados ao estado em função das enchentes; refere-se ao Código Ambiental.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se às enchentes em Santa Catarina e à importância do Código Ambiental.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Aborda o drama vivido pelos atingidos pelas enchentes.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se à formatura de policiais bombeiros militares; aborda sessão solene para homenagear os mortos e desaparecidos políticos catarinenses durante a ditadura; comenta a calamidade causada pela enchente no estado.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Aborda as enchentes no estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Reporta-se ao trigésimo dia de falecimento de Silvio Coelho dos Santos.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Aborda os problemas causados pelas enchentes no estado; coloca a empresa Reunidas à disposição para recebimento, controle e transporte de donativos aos locais atingidos pelas cheias, de acordo com a determinação da Defesa Civil; aborda o trabalho dos bombeiros voluntários de algumas corporações que estão trabalhando no socorro e no auxílio aos flagelados das cheias.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Refere-se à gravidade dos desabamentos nas enchentes em Santa Catarina.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Comenta a ajuda do governo federal aos municípios afetados pelas enchentes.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Aborda a visita do presidente Lula aos locais castigados pelas enchentes.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Enaltece a solidariedade de todo o país para com os atingidos pelas enchentes.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Refere-se à importância da solidariedade no momento difícil por que passa o estado de Santa Catarina.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Aborda a solidariedade da serra catarinense com os atingidos pelas enchentes.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Comenta a necessidade de novo zoneamento nas áreas atingidas pelas enchentes.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Refere-se ao movimento de solidariedade em todo o país pelos atingidos pelas enchentes em Santa Catarina.

Ordem do Dia

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Reporta-se à Festa do Steinhäeger, em Porto União.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Aborda as obras de reconstrução do porto de Itajaí e os prejuízos enormes causados pelas enchentes; elogia o governador Luiz Henrique pela sua postura no tocante às enchentes no estado.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (aparte) - Aborda os recursos financeiros liberados pelo governo federal para amenizar os prejuízos com as enchentes.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Refere-se a projeto, de sua autoria, acerca do registro em cartório do contrato de compra e venda de veículo financiado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Critica a portaria que estabelece o registro em cartório do contrato de compra e venda de veículo financiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência comunica que neste dia 27 de novembro se comemora o Dia de Ação de Graças, instituído pela Lei n. 781, de 27 de agosto de 1949, regulamentada pelo Decreto n. 57.298, de 19 de novembro de 1965.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Uczai, líder do PT, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Julio Garcia; srs. parlamentares, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, eu tive a oportunidade de participar e de receber, juntamente com o governador, com o vice-governador, com deputados, com diferentes autoridades e prefeitos, o presidente Lula no nosso estado, na tarde de ontem, e eu não poderia deixar aqui de manifestar a minha posição sobre essa tragédia.

Tivemos a oportunidade também de sobrevoar algumas áreas atingidas por essa enchente, principalmente Ilhota e Luis Alves, e o primeiro sentimento que o Parlamento catarinense já manifestou em diversos depoimentos aqui, e é também uma manifestação pessoal, é de solidariedade. E eu acho que o primeiro gesto do presidente Lula não foi de trazer dinheiro, mas de manifestar solidariedade ao povo catarinense e, de modo particular, a todas as famílias, a toda a população atingida pelas enchentes deste ano.

Em segundo lugar, depois de manifestar a solidariedade, o governo do presidente Lula anuncia recursos somente para Santa Catarina, para recuperar social, ambiental e economicamente a infra-estrutura com uma medida provisória que totalizou R\$ 1,6 bilhão.

Para v.exas. terem uma idéia, foram destinados R\$ 100 milhões somente para a área da saúde, para evitar problemas maiores; R\$ 350 milhões para os portos, e o porto de Itajaí foi profundamente atingido e precisa ser recuperado rapidamente para dar vazão às exportações e importações da nossa própria riqueza; R\$ 280 milhões para as rodovias e R\$ 150 milhões para a Defesa Civil.

Ou seja, somente para essas áreas foram destinados R\$ 880 milhões, já assinados e disponíveis a partir de hoje, porque é medida provisória, além de o Banco do Brasil disponibilizar linhas de crédito e de buscar caminhos para a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço aos trabalhadores que foram diretamente atingidos pelas enchentes, questão essa mais complexa. E também outras facilidades de crédito e extensão de prazos que o Banco do Brasil anunciou no dia de ontem.

Por isso que a segunda colocação que eu faço aqui é a posição do governo federal. Nunca um presidente da República esteve presente manifestando solidariedade e anunciando ao mesmo tempo a liberação imediata de recursos extraordinários para a recuperação de prejuízos causados pelas enchentes.

A terceira lição que eu estou tendo da minha visita ontem, ao sobrevoar as áreas atingidas, e não precisaria dessa enchente para isso, é o fato de nós discutirmos a questão ambiental do estado de Santa Catarina.

Falo aqui com tristeza, com sofrimento, porque vivenciamos depoimentos de famílias, vimos helicópteros socorrendo e retirando pessoas da região de Ilhota, de Luis Alves, que ainda estão ilhadas. Portanto, não há outra expressão para o que seja solidariedade.

Quando o prefeito eleito de Gaspar, deputado Jailson Lima, dizia para o presidente Lula que estavam com um caminhão de câmara fria recebendo os mortos, porque em alguns lugares não há condições para enterrá-los por causa da enchente, estavam lá evidentes os sinais dessa trágica enchente.

Agora, há o outro lado, que é a nossa tarefa de político, de deputado, de agente público: a questão ambiental. Os técnicos, os pesquisadores e os cientistas precisam verificar o número de desmoronamentos.

Eu vivenciei a enchente de 83 e 84 porque fazia a minha primeira faculdade em Brusque. Portanto, vivenciei em Brusque aquela grande enchente que atingiu o vale do Itajaí, que foi uma enchente causada pelo crescimento dos rios, ocorrendo alagamentos, mas com poucos desmoronamentos. Esta de agora não. O motivo da sua profundidade não foi somente a elevação do nível dos rios, mas sim os desmoronamentos. E esses desmoronamentos tiveram, quem sabe, como primeira causa a irregularidade da chuva num período ininterrupto de 40, 50, 60 dias e a quantidade de água nos últimos dias que antecedeu aos desmoronamentos. Esta quem sabe é uma causa da natureza. O próprio governador sinaliza que foi devido ao aquecimento global, ou seja, que o aquecimento das águas pode ter sido uma das causas dessa quantidade de chuva. Quem sabe devemos discutir mais este assunto.

A segunda causa é a própria situação da natureza. A terceira, quem sabe, tenha sido a ocupação urbana em áreas irregulares, em áreas de risco. E até uma professora de Geociências da universidade federal dizia ontem, pela imprensa, que várias áreas que ainda não foram afetadas por desmoronamentos poderão ser atingidas, porque são áreas de risco, devido à ocupação humana.

A quarta causa, principalmente em Ilhota e em Luis Alves, quem sabe tenha sido a ocupação humana de casas, porque não há bairro para se construir, as cidades estão na parte baixa. Então, a quarta causa seria o desmatamento de áreas devido à construção de casas.

O que nos impressionou, srs. deputados, durante o sobrevoo, é que, salvo melhor juízo, em 50%, 60% das áreas onde ocorreu o desmoronamento há plantação de banana, de eucalipto, ou seja, no pico da montanha. Segundo o técnico do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais que estava acompanhando as buscas, onde havia declividade acima de 45 graus, tinha plantação de banana ou de eucalipto. E grande parte dos desmoronamentos ocorreu onde tinha sido feito o desmatamento. Não havia plantas nativas, somente produção agrícola ou de reflorestamento de eucalipto e banana.

Outra causa: nos rios não se vê mata ciliar. Em todo desmoronamento das barrancas de rio, onde há produção de arroz, produção agrícola nas planícies, na parte baixa, não há mata ciliar.

Estamos fazendo esta fala de propósito porque nós iremos votar neste Parlamento, deputado Julio Garcia, o Código Ambiental do estado de Santa Catarina, num momento conjuntural que queríamos ter evitado.

Mas nós, por responsabilidade pública, além da solidariedade, além de mediar que os governos e o povo têm que se solidarizar com os atingidos, não nos podemos calar, não podemos nos silenciar diante de um código ambiental que irá destruir a constitucionalidade e a legalidade de uma lei federal; não podemos colocar na pauta deste Parlamento um código ambiental que irá destruir a mata ciliar, que passará para cinco metros, deputado Reno Caramori.

O que será da produção agrícola no futuro? As entidades participaram junto com a Fatma na elaboração de um projeto, mas este foi colocado no lixo, pois trouxeram para este Parlamento, para esta Casa outro projeto, com outras propostas que comprometem grande parte do futuro do nosso estado. Então, quem vai julgar as multas será o setor produtivo dominante da região. O que será do futuro de Santa Catarina?

Deputado Herneus de Nadal, líder do governo, nós temos, diante desta Casa, a grande responsabilidade para definir se vai haver mais ou menos tragédia em Santa Catarina, num futuro bem próximo.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero, neste momento de tristeza no estado catarinense, dar continuidade à intervenção aqui feita pelo companheiro Pedro Uczai. O alto vale desta vez foi uma região pouco afetada e agradecemos a Deus por isso. Mas o estado de Santa Catarina, através das famílias que vivem esse conflito, que vivem essa dor, mostra claramente quanto temos por fazer e a responsabilidade da Assembléia.

Deputado Pedro Uczai, agora, pela manhã, ligou-me, de Jaraguá do Sul, uma companheira nossa falando que na cidade de Timbó, divisa com Pomerode, há uma família soterrada. Na localidade do Morro do Mudi, Tifa do Krieger, a casa simplesmente desapareceu, e era um casal com menos de 50 anos que vivia lá. Há dois bombeiros e dois homens da prefeitura naquele local, mas não havia uma motosserra para cortar as árvores, para poder, quem sabe, chegar até os corpos o quanto antes. Nós estamos mantendo contato com a secretaria da Infra-Estrutura para ver se conseguimos pelo menos uma condição melhor de resgate desses corpos.

Ao mesmo tempo em que vivemos o grito da dor do povo catarinense, as principais cidades atingidas como Gaspar, Rio dos Cedros, Nova Trento, Camboriú, Benedito Novo, Pomerode, Luis Alves, Itajaí, Rodeio, Timbó e Blumenau foram declaradas em condição de calamidade pública pela Defesa Civil.

Esse grito do povo catarinense também é o grito da natureza em nosso estado, deputado Décio Lima, que está pedindo socorro e nos alertando das nossas responsabilidades, como tão bem ressaltou aqui o deputado Pedro Uczai. Jamais imaginamos que poderíamos estar vivendo, neste momento de debate do Código Ambiental, essa tragédia em Santa Catarina, mas no ano passado fomos considerados o estado com o maior índice de desmatamento das nossas florestas, da Mata Atlântica. E quando observamos, vindo de Rio do Sul para Florianópolis pela BR-282, a quantidade de desmoronamentos em pequenos e grandes morros onde sequer se encontra uma árvore, há ali o grito e as lágrimas da natureza.

Além do mais, neste momento de tristeza, quando devemos ter solidariedade, por incrível que pareça vemos a ganância, em determinados momentos, sobrepor-se à necessidade e ao afago humano. Os preços sobem nos supermercados, quando sabemos que a demanda e o consumo são maiores, porque as pessoas procuram ajudar. Mas aumentar preços em determinadas redes de supermercados é impossível acreditar, num momento em que o povo catarinense procura e necessita demonstrar solidariedade!

Nós, do alto vale, que inúmeras vezes fomos acometidos por enchentes, deixamos aqui o nosso pedido fraterno da solidariedade extrema no socorro às famílias que neste momento de cheias não sofrem tanto pelas enchentes, mas principalmente pelos soterramentos. Observamos que nas cheias passadas os óbitos eram em decorrência das enchentes; agora são famílias soterradas e muitos dos corpos ainda não foram encontrados.

Portanto, nós, deputados desta Casa, temos a extrema responsabilidade, deputado Reno Caramori, de analisar o Código Ambiental com muita maturidade; precisamos ter a clareza de que não são cinco metros ao lado do rio que irão salvar a vida de um agricultor, como vi aqui deputado defendendo! Está aí o resultado da irresponsabilidade do poder público que deveria estar fiscalizando, que deveria ser mais atuante! Irresponsabilidade transformada em lágrimas em Santa Catarina, neste momento. Esse projeto de Código Ambiental apresentado é um acinte à responsabilidade de quem está aqui hoje! Não são cinco metros que irão tirar as pessoas da condição em que se encontram. Estamos vendo a realidade agora!

Vemos que todos os estudos sobre questões ambientais, desastres naturais, a exemplo dos estudos da UFSC, afirmam que o descaso do poder público, nos últimos 20 anos, permitindo a construção de casas e instalação de empreendimentos empresariais nas encostas próximas aos rios e aos mares, além da constante devastação da Mata Atlântica que ainda resta, desrespeitando as condições do solo, são as verdadeiras causas das mortes e do desespero. Alertam para a necessidade urgente da sociedade, capacitada pelos gestores públicos e pelo empresariado, aplicar o conceito da sustentabilidade e parar de fazer discurso para as platéias.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores tem sido solidário, assim como esta Casa e como todos. Mas não basta ser solidário, temos que ter a responsabilidade na hora de votar e assumir posições em defesa do destino do estado catarinense e deste país.

Ao mesmo tempo também, temos que ressaltar o papel do presidente Lula, que visitou o estado de Santa Catarina ontem. Quando fui prefeito de Rio do Sul passamos por uma enchente, assim como outros municípios de Santa Catarina, mas o presidente sequer aqui apareceu e os poucos recursos que recebemos chegaram quase dois anos depois.

Ontem aqui estive o presidente da República assinando medida provisória que destina recursos para o nosso estado, para o setor de infra-estrutura, para a área da saúde e para a recuperação das condições mais críticas do estado catarinense da forma mais urgente possível, mostrando com isso que Santa Catarina não está no palco deste país apenas pelo seu povo e pela sua terra, mas principalmente pela responsabilidade que o seu povo tem e pelo comprometimento do nosso presidente com o Brasil e com o nosso estado.

Muito obrigado, presidente Lula, pela sua solidariedade!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. deputados, não houve condições de preparar para este momento uma linha lógica, um raciocínio lógico do que poderia falar na tribuna.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não pude participar, deputado Jailson Lima, v.exa. que também é do vale do Itajaí, das duas sessões desta semana, de terça e quarta-feiras, porque estava em Blumenau socorrendo vítimas e levando alimentação para as pessoas que mais precisavam.

Quero dizer também que talvez tudo que eu falasse nesta tribuna, tudo o que dissesse, qualquer parlamentar ou qualquer pessoa que quisesse utilizar esta tribuna para se pronunciar, não conseguiria expressar nem um décimo daquilo que vimos. Tenho certeza de que quem chegou a ver um corpo deitado no chão, sr. presidente, na posição de quem estava chegando ao seu veículo, que estava a cinco metros de distância, para se salvar porque o morro iria desabar - e ele estava justamente deitado no chão, na posição para chegar ao veículo -, talvez a pessoa que tenha vivenciado isso poderia estar aqui contando o que viu. Porque, srs. deputados, o que nós vimos é lastimável!

Deputado Pedro Baldissera, o desastre não foi só onde houve a ação do homem. Eu, que sobrevoei a cidade de Blumenau, e muito, levando alimentação para as comunidades isoladas nesses dois dias, verifiquei que em locais onde o ser humano nunca esteve, onde nunca houve intervenção, onde nunca se abriu uma estrada, onde nunca se construiu uma casa, onde a floresta estava intacta, até lá o morro desabou, até lá o morro cedeu e a floresta caiu, porque o grande problema, além, muitas vezes, da imprudência do ser humano na ocupação do solo, deputado Reno Caramori, é que a própria formação geológica da região causou isso. Além do que, em apenas poucos dias choveu o equivalente a três, quatro meses de chuva!

O que é isso? Nunca vi nada igual na minha vida! E tenho certeza de que ninguém que está aqui jamais viu. Talvez uns poucos que nos estejam assistindo e acompanhando neste momento possam ter visto aquilo que está acontecendo em Blumenau.

Mas eu tenho certeza, sr. presidente, de que a garra daquele povo, a força do povo daquela cidade, que está-se juntando - e não só de Blumenau, mas de todo o vale do Itajaí, de toda Santa Catarina -, vai permitir a recuperação, sim, porque o nosso estado vai voltar a ser a sempre Santa e Bela Catarina. Esse povo maravilhoso vai recuperar tudo.

De toda essa tragédia apenas 100, cento e poucas pessoas vieram a falecer, porque esse desastre poderia ter levado muito mais vidas. É claro que a perda de uma vida não se compara à perda de qualquer bem material.

No final de semana, quando começamos a trabalhar exaustivamente ajudando a abrir vias, a levar alimentação, eu recebi a lição de vida de uma pessoa no sábado dizendo que precisava de um abrigo. E perguntei o que tinha acontecido. Ela então me respondeu: "Eu perdi a minha casa e meu pai perdeu a dele". A pessoa havia perdido a casa dela e o seu pai também, no mesmo local, porque o morro desabou. Perderam tudo! Eu perguntei, então: "Mas perdeste tudo, então?" Ela respondeu: "Não, só perdi 1%, porque 99%, que é a minha vida, ainda está comigo."

Uma pessoa simples, uma educadora, uma pessoa que trabalha atendendo crianças nas creches deu-me essa lição, uma lição de vida para cada catarinense, para cada cidadão brasileiro que hoje puder ajudar, e uma lição para cada deputado que está aqui, porque nós temos obrigação com essa população, com essa comunidade.

E aqui quero dar o meu testemunho de um exemplo de trabalho sério, de trabalho correto, de trabalho feito com humildade, mas com sinceridade. As Forças Armadas, o Exército, a Aeronáutica, e a Defesa Civil no vale do Itajaí, em Blumenau mais especificamente, sr. presidente, onde todos se uniram, têm feito um trabalho extraordinário, mas a população é que tem dado o grande exemplo, deputado Sargento Amauri Soares.

Em determinado momento fiquei responsável por ir aos abrigos verificar se todos estavam sendo atendidos. Foram abertos mais de 50 abrigos em Blumenau. Eu me surpreendi, porque cheguei num abrigo e havia tanta doação da própria comunidade - não do poder público -, que aquele abrigo já estava distribuindo alimentos para outras localidades para não deixar a comida vencer!

A solidariedade desse povo é algo que nunca vi! A solidariedade do catarinense é algo inexplicável. E eu tenho certeza de que cada um de nós pode ser solidário não apenas com a doação de alimentos, com a doação de abrigos, com a doação do que for possível, mas, acima de tudo, com a doação de si próprio para ajudar o próximo.

Hoje estamos trabalhando em Blumenau com vários abrigos. O prefeito João Paulo Kleinübing faz um trabalho, como o próprio coronel do Exército falou, irretocável - declaração do próprio Exército: ele é quem reúne, organiza, determina as funções; cada um recebe uma tarefa que é obrigado a realizar e no dia seguinte tem que trazer cumprida. Além disso, ele cedeu seu gabinete de prefeito para instalar um QG onde as Forças Armadas, a Defesa Civil e todos da cidade estão coordenando o trabalho. De lá se despacha, organiza-se, faz-se todo o processo de forma organizada, de modo que todos possam ajudar, pois cada um tem a sua função.

Agora estamos fazendo um apelo para que as igrejas de Blumenau, seja luterana, assembleia de Deus ou católica, possam assumir o trabalho de cozinha comunitária, ajudando o município a alimentar o seu povo, porque existem abrigos, srs. parlamentares, naquela cidade que irão funcionar, no mínimo, por seis meses, porque existe muita gente que não perdeu a vida, mas que perdeu tudo o que tinha de material, casa, roupa e que foi para o abrigo sem nada.

Há o caso de uma senhora, nós presenciamos, que na hora em que foi retirada do helicóptero do Exército estava suja de lama e pedia, num ato de desespero, para o militar: "Me mata! Me mata, porque a minha família foi embora e tudo o que eu tinha foi com ela". Ela ficou sozinha pedindo ao militar para levá-la embora, porque ela não queria mais viver essa vida. Tinha perdido tudo o que possuía de material e perdido toda a sua família.

Atos de desespero, atos que eu nem sei descrever e tenho a certeza de que quem está vivendo isso nunca mais vai querer viver e jamais, jamais iria querer que qualquer pessoa passasse por isso.

Por isso é que ocupo esta tribuna mais do que para contar os fatos que nós vivemos, mais do que para falar do desespero que observamos - vimos, no momento em que fomos entregar a alimentação numa comunidade, pessoas quase brigarem pela comida, num ato de desespero e de necessidade -, mais do que para relatar esses fatos que todo mundo vê na imprensa, eu queria pedir ao catarinense, ao blumenauense, ao cidadão do vale do Itajaí, àquela pessoa que está passando por dificuldades e a quem está vivendo isso, que seja solidário, que ajude, que lute, que mostre efetivamente a garra e a vontade do povo catarinense, porque não existe povo melhor, com mais garra e mais vontade de ajudar do que o nosso.

Sr. presidente, eu tenho certeza do que estou falando porque eu presenciei a solidariedade e a força do catarinense!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham na sessão desta quinta-feira.

Quero iniciar este meu último pronunciamento da semana cumprimentando e parabenizando todos os policiais e bombeiros militares que foram promovidos no último dia 25. Evidentemente que não houve nenhuma cerimônia, nenhum ato festivo, até porque todos esses companheiros que foram promovidos estão trabalhando, boa parte deles socorrendo as vítimas da calamidade. Então, não houve a sessão de formatura, mas o ato formal foi realizado no dia 25, e passa a contar a partir daquele dia.

Entre os vários companheiros que foram promovidos no último dia 25, terça-feira, três deles trabalham nesta Casa e gostaria de citá-los: o sargento Olívio, que agora é primeiro-sargento, era segundo-sargento; o cabo Duarte, que agora é terceiro-sargento, e o nosso agora cabo Garcia, promovido depois de 24 anos e quatro meses de serviço como soldado na Polícia Militar.

Essa é a realidade de muitos que foram promovidos 24 anos depois, e nós precisamos mudar essa realidade! Isso não é nenhuma iniciativa governamental do presente, essas são as medidas ainda do exercício anterior, do governo Luiz Henrique de 2005/2006. Não é nada de novo! Isso é o que tem ainda daqueles tempos de boa relação.

Então, quero parabenizar todos os companheiros, também o sargento Honorato, de Laguna, que foi promovido a subtenente quando achava que não seria mais, e tantos outros colegas. Infelizmente não dá para citar o nome de todos.

Quero registrar que nós realizamos, na noite de ontem, uma sessão solene em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos catarinenses nos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos 20 anos da Constituição Brasileira. Mortos e desaparecidos durante o regime ditatorial, é preciso que se diga.

A sessão solene foi proposta por este deputado e também pelos deputados Décio Góes e Professor Grandó, assim como pela deputada Ada De Luca, a pedido do Memorial dos Direitos Humanos e das famílias dos mortos e desaparecidos.

Tivemos a presença de familiares de mortos e desaparecidos, como também de alguns militantes da época que lutaram, foram presos, perseguidos e torturados por terem lutado pela democracia e pela justiça social. Um dos familiares presentes foi João Paulo Stuart Wright, filho do ex-deputado estadual Paulo Stuart Wright cujo mandato esta Assembléia cassou, é preciso que se diga, e posteriormente foi perseguido, e encontra-se desaparecido. Essa é uma figura jurídica absolutamente inaceitável em qualquer sociedade que se diga um estado democrático de direito.

João Paulo Stuart Wright, o filho, usou esta tribuna na noite de ontem e disse várias coisas. Duas chamaram-me a atenção. Falou que Santa Catarina, que acolheu e produziu Paulo Stuart Wright, precisa reproduzir e produzir outros líderes que lutem

pelas transformações sociais necessárias. Essa foi uma coisa que ele disse! A segunda coisa que o filho do deputado desaparecido Paulo Stuart Wright disse foi: "É indescritível a dor de quem não tem o direito à memória e à verdade; é indescritível a dor de quem não tem os restos mortais do ente querido para levar à sepultura".

Essa, sob todos os aspectos humanos, deve ser, não consigo sequer imaginar, uma dor de fato indescritível, uma dor que se repete todo dia para quem perdeu o pai, o filho, o irmão, o marido, a esposa, não sabe em que circunstâncias e não sabe onde estariam os restos mortais. Portanto, o direito à memória e à verdade é uma luta legítima, legal para que se estabeleça a verdade, para que possamos dizer efetivamente que vivemos num estado democrático de direito. E não é justo, legítimo, humano e legal que o Estado brasileiro não abra os arquivos, para a proteção de alguns, bem poucos, que enlamearam a nossa farda, desonrando e desrespeitando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por conta de opinião política. Esse é um elemento importante - por conta de opinião política.

A luta pela abertura irrestrita dos arquivos é uma luta legal e legítima. Nós a defendemos conscientemente, inclusive, como policial militar. Não podemos compactuar com crimes que alguns poucos cometeram para defender os interesses econômicos de grandes monopólios brasileiros e internacionais.

Nós queremos que a população orgulhe-se dos nossos militares e que não fique essa mácula. O Exército não precisa deixar essa mácula! Foram alguns que cometeram esses crimes, bem poucos, por que então deixar essa mácula sobre a farda? Porque crime de tortura e assassinato é imprescritível pelo direito internacional, não é o Sargento Amauri Soares que está falando, um praça rebelado, não, mas é um direito internacional do qual o Brasil é signatário. Isso precisa ser revisto para o bem da verdade e para que possamos, enfim, dizer que somos um estado democrático de direito.

Sobre as calamidades ainda temos o que falar. Ontem já havia 97 mortos, e esse número infelizmente vai crescer e bastante! Só temos a lamentar, evidente, uma situação deste tamanho.

Teremos ainda muitas pessoas para socorrer, para ajudar, que precisam restabelecer-se para o futuro. E o deputado Jean Kuhlmann falava aqui, precisamos de novos loteamentos nestas cidades, porque quem perdeu a casa, perdeu o terreno também. Se nós tínhamos um vale e agora ele não existe mais, é tudo um plano, nós perdemos os terrenos. Olhem só o tamanho de terreno que nós perdemos. Então, não existe espaço para reconstruir a casa sequer onde ela estava, porque aquele espaço físico, em muitos casos, nem está mais lá!

Tenho muitos parentes em Blumenau, inclusive um desses familiares perdeu completamente a casa e o terreno sumiu. Não existe mais nem o espaço físico. As pessoas só sabem onde era mais ou menos, mas mostrar exatamente não dá, porque não existe mais.

Então, é preciso que o estado tome essas iniciativas no futuro, mas, evidentemente, ainda a prioridade é salvar vidas, para depois, num segundo passo, pensar nesse outro elemento.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Só para confirmar a sua informação, além das localidades onde, por exemplo, a rua foi totalmente demolida e a comunidade encontra-se 100% isolada, não conseguindo sair de lá nem a pé - e nós estamos trabalhando para reabrir as ruas, são 67 frentes de trabalho só em Blumenau -, também existem casos, como no Morro do Baú, e em comunidades de Gaspar, Belchior, em que existia uma rua e algumas casas que ficavam no vale, entre dois morros, só que esses cederam e não existe mais casas, não existe rua, não existe nada! Acabou se tornando tudo uma floresta! E não se sabe exatamente quem estava lá e quantas pessoas estão soterradas. Só se sabe que, infelizmente, quem estava lá, morreu. Mais nada!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Agradeço o aparte do deputado Jean Kuhlmann.

Então, nós estamos dirigindo-nos hoje para Blumenau, também uma equipe do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, formada por enfermeiras e técnicos de enfermagem, está indo para lá ajudar a socorrer. Também estamos indo para tentar ajudar naquilo que for possível, e faremos esse trabalho até que cesse essa necessidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPS.

Falará o líder de toda bancada, deputado Professor Grandó, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas,

No horário destinado ao meu partido, não poderia deixar de registrar obviamente, com tristeza também, o trigésimo dia de falecimento da grandepersonalidade, antropólogo e cientista, professor Sílvio Coelho dos Santos, que honra muito Santa Catarina pela suas obras, pelo seu trabalho. Vou ler um pouco do jornal da universidade, que é escrito pela mestre em Educação, Marilândes Mol Ribeiro de Melo, com respeito a Sílvio Coelho dos Santos.

(Passa a ler.)

"No dia 26 de outubro de 2008, não só a Universidade Federal de Santa Catarina, mas a sociedade catarinense, em especial a indígena, perdeu um dos seus ardorosos defensores: o intelectual antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, aos 70 anos de idade. Sua trajetória antropológica é amplamente divulgada e conhecida, entretanto, sua contribuição à demarcação e consolidação do campo educacional catarinense, especialmente na década de 1960, formulando idéias sobre o sistema de ensino, que culminou com a elaboração do primeiro Plano Estadual de Educação, continua circunscrita àquela época. É desse intelectual que termina clamando por mais e mais educação, em sua obra *Tempos Oportunos* (2007) que desejamos lembrar aqui.

Seu percurso acadêmico tem início quando, em 1960, se licenciou em História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSC, e desde 1961 exerceu a mestría na instituição, como colaborador do professor Osvaldo Rodrigues Cabral, na cadeira de Antropologia. Sílvio Coelho dos Santos acumulou experiências também na educação básica." [sic]

É importante ressaltar que no Plano de Metas I e II do governo Celso Ramos, Sílvio Coelho dos Santos foi a pessoa mais ativa, que trabalhou e conseguiu determinar metas com relação à educação.

Mas eu gostaria de continuar a falar aqui sobre Sílvio Coelho dos Santos no pouco tempo que resta, pela sua figura.

Era um professor, e na época eu era estudante na Universidade Federal de Santa Catarina, que conversava com todos os alunos e era uma espécie de conselheiro político daquela época, dos tempos difíceis. Era uma pessoa progressista, uma pessoa que sempre tinha a capacidade de entender, de ver quais eram as melhores idéias e como era melhor conduzir os trabalhos.

Dessa forma, quando me elegei prefeito, fui conversar com ele para aconselhar-me. Convidei-o para fazer parte da minha equipe - e esse é um assunto de caráter particular - principalmente na questão ambiental, porque eu havia criado a Fundação Municipal do Meio Ambiente - Floram. E ele disse: "Olha, Grandó, o meu trabalho é voltado à antropologia, à universidade, mas temos aqui, na universidade, um dos melhores do país para assumir esse cargo", e indicou-nos Paulo Lago.

Paulo Lago aceitou ser o primeiro presidente da Floram, um intelectual que também faleceu, grande geógrafo, que trabalhou muito a questão do saneamento. E tivemos o prazer de, na primeira diretoria da Floram, além do Paulo Lago como presidente, poder contar com João de Deus como diretor-geral. Então iniciamos realmente com o pé direito na questão ambiental, na criação da Floram na Ilha de Santa Catarina.

Temos que prestar a nossa homenagem a esses intelectuais, reconhecendo seu trabalho porque isso dará direção para melhor orientar-nos no futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos serão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, indicado pelo líder, deputado Sílvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, durante o horário reservado aos Partidos Políticos, eu gostaria de estar aqui tratando, realmente, de assuntos políticos, independentemente de qualquer ideologia, mas lamentavelmente somos obrigados a prestar a nossa solidariedade àqueles que sofrem, mais uma vez, o castigo da natureza.

Não há culpados nisso. Tentamos buscar os culpados nas ações do homem, através do desrespeito com a natureza, no decorrer da formação da humanidade, mas de nada adiante queremos agora encontrar culpados, precisamos é socorrer essas pessoas que precisam tanto da nossa mão, da nossa solidariedade.

Por isso, quero fazer alguns registros que são louváveis. O Clube Atlético Caçadoreense, há dias, contratou uma partida amistosa com os juniores do Avaí, aqui, de Florianópolis. Na tarde de ontem, em contato com a diretoria - e tenho orgulho de ser o presidente de honra do CAC - resolvemos doar 50% do faturamento do jogo de hoje à noite. Esse dinheiro será revertido em material de limpeza, em material de higiene pessoal e em fraldas descartáveis.

Eu tenho certeza de que será um volume expressivo, porque essa partida estava sendo aguardada há muito tempo. O time de juniores do Avaí foi campeão estadual, o CAC é uma equipe que se está projetando e, por isso, a população, ao saber também dessa participação de solidariedade, irá ao estádio para também colaborar.

Por outro lado, em contato feito antes de ontem com a diretoria da Reunidas e de outras empresas transportadoras da nossa região, a diretoria resolveu colocar à disposição todas as agências que mantêm nas regiões que não foram afetadas e que tenham condições de colaborar.

Portanto, mais de 100 cidades do oeste todo têm a Reunidas à disposição para o recebimento, o controle e o transporte dos donativos até o local pré-determinado pela Defesa Civil do estado.

É um ato justo de uma empresa que é genuinamente catarinense, e, junto a ela, nós temos as rádios, o tiro de guerra, o corpo de bombeiros da região, as empresas, as entidades que estão solidariamente participando, atendendo a um apelo que estamos fazendo desde o início dessa grande catástrofe.

Mas, quero fazer um registro especial também e até com louvor. As corporações de bombeiros voluntários de Caçador, de Concórdia, de Jaraguá do Sul, de Guarany, de São Francisco do Sul, de Indaial e de Içara encaminharam 76 bombeiros voluntários, principalmente à região de Ilhota, que estava ilhada, que estava com problemas sérios.

Mantive contato hoje pela manhã com o secretário executivo Altair Guidi, que me dava a posição dos bombeiros voluntários dessas corporações que estão trabalhando no socorro e no auxílio a essa gente flagelada.

E aqui tem uma particularidade, todos esses bombeiros são treinados e têm toda a capacidade para atuar nesse tipo de tragédia. Todos eles são treinados para socorro em problemas de deslizamento, em problemas de afogamento, em problemas de inundação.

Por isso aqui os nossos agradecimentos e o nosso voto de louvor às corporações de bombeiros voluntários que estão atuando junto com os bombeiros militares, com a Defesa Civil para minimizar a situação dessas pessoas em socorro. Até a manhã de hoje os bombeiros voluntários já haviam resgatado 25 pessoas que estavam em regiões de perigo e de risco.

Nós estamos fazendo um apelo de ajuda à nossa região, que está lá ensolarada, bonita, tranqüila, porque o grande problema vem, srs. deputados, é no após enchente. Quando as águas baixarem teremos problemas com as epidemias que poderão ocorrer, principalmente a leptospirose, pois sabemos que em todas as enchentes aparecem inúmeros casos dessa doença. A secretaria da Saúde está fazendo um apelo e orientando as pessoas para que evitem o contato com as águas e pede a desinfecção dos locais.

Por isso é lamentável o que está ocorrendo em Santa Catarina. Mas eu tenho certeza de que o povo não atingido será muito solidário, porque já sofreu também, a exemplo de Caçador, pois em 1983 praticamente 2/3 da cidade ficaram embaixo d'água por mais de dez dias; a exemplo da região de Porto União, que foi altamente atingida, tendo o rio Iguaçu alagado toda a cidade, além da cidade de União da Vitória por 15 dias ou mais.

Então, essa gente já sofreu na carne e sabe o quanto é triste enfrentar uma situação como essa e hoje está sendo solidária, buscando minimizar a situação dos nossos irmãos catarinenses.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Concedo um aparte a v.exa., mas antes disso quero dizer que escutei atentamente o seu pronunciamento, já que está vivendo este momento triste na sua cidade, e está acompanhando permanentemente os trabalhos daquela gente.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Quero aproveitar as colocações de v.exa. e tentar deixar uma coisa clara para as pessoas que nos acompanham neste momento, principalmente para os deputados: uma situação é a enchente, que é muito ruim - e eu vivi a enchente de 1983 e de 1984 em Blumenau, quando fiquei ilhado e nos outros anos que houve enchente eu ajudava a tirar as pessoas da água, quando era presidente de uma associação de moradores na comunidade - e outra coisa são os desabamentos. Quero dizer que Blumenau agora passou por uma enchente de 12m e aquela outra enchente subiu mais de 15m e mesmo assim essa foi infinitamente pior do que aquela de 15m, 16m ou 17m. Por quê? Por causa dos desabamentos, por causa dos deslizamentos.

Então, deputado Reno Caramori, com certeza, quem vive uma enchente vive uma situação muito drástica, mas quem vê aqueles desabamentos todos entende por que em Blumenau hoje e em outras regiões que estão tendo desabamento o estado é de calamidade pública. Isso é calamidade!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Só nos resta rezar pelos que tiveram suas vidas ceifadas e para que as famílias tenham força para resistir à dor que devem estar sentindo. E a nossa solidariedade àqueles que ainda sobrevivem e que estão ajudando os demais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, quero cumprimentá-los novamente e continuar o meu pronunciamento. Antes tive oportunidade de transmitir um pouco o caso e pedir a solidariedade catarinense. Agora, quero me ater efetivamente à questão do compromisso e da responsabilidade do poder público com a situação.

Srs. deputados, quero dizer que gostaria muito que a bancada do PT e o presidente Lula pudessem ter sobrevoado Blumenau e aterrissado para botar o pé na lama e ver aquilo que nós vimos. Não estou dizendo que ele não quis fazer isso, porque ele não pôde fazer por falta de teto e não conseguiu chegar. Mas eu queria muito que o presidente Lula tivesse ido lá e botado o pé na lama, assim como ele vai ao nordeste, nas comunidades que ele conhece e cumprimenta o povo, eu queria que ele tivesse botado o pé na lama. Assim talvez ele tivesse visto algumas situações de perto como nós vimos, deputado Sargento Amauri Soares, um cemitério desabando, e os túmulos estavam expostos e mostrando à população que andava na rua corpos em decomposição. Talvez aí ele ficasse realmente sensibilizado, apesar de eu acreditar que ele esteja sensibilizado.

Falo isso porque me preocupo muito acerca de com o que o governo federal vai ajudar os municípios. Aqui neste repasse que está sendo avisado de R\$ 1,6 bilhão, R\$ 350 milhões vai para um porto, que é importante, e esse dinheiro é fundamental para o porto; R\$ 280 milhões irão para a recuperação de estradas; R\$ 150 milhões, para as Forças Armadas, que são responsabilidade do governo federal; R\$ 100 milhões para ações na área da saúde, que é muito importante. Esses recursos são bem-vindos, fundamentais e reconheço que é um bom recurso, mas eu gostaria de saber - e talvez até o deputado Décio Góes possa me informar - como é que o governo federal vai ajudar os municípios.

Nobre deputado, v.exa. foi prefeito e sabe que se há desabamento, se há 100 famílias sem casa, o município tem que abrigar essas pessoas, comprar terreno, construir casas, ajudar a sustentá-las por seis meses ou até mais, abrir barreira, reconstruir estrada, refazer o saneamento, recolocar água na cidade, refazer tudo o que foi estragado. Então, espero que boa parte desses recursos - e acredito nisso, deputado Décio Góes - vá para os municípios. Acredito que nessa hora não importa partidos políticos, governo federal, estadual ou municipal, mas, sim, a solidariedade para quem precisa.

Então, espero que boa parte desses recursos seja destinada aos municípios, porque aí sim o dinheiro vai ser usado para atender o povo que precisa reconstruir sua vida.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Nobre deputado, quero me solidarizar com v.exa. e com tudo o que aconteceu em Blumenau e região.

A deputada Ana Paula Lima está acompanhando, em nome da bancada, o desenrolar, o dia-a-dia da situação na região e ajudando, assim como v.exa., o máximo possível.

Articulamos e recebemos a visita do presidente Lula com muita satisfação e alegria no meio dessa desgraça, até porque foi o único presidente que veio em momentos difíceis da vida catarinense. Como prefeito enfrentei o furacão Catarina na minha cidade e imagino a dor das pessoas que passam por experiências dessa natureza. A vida das pessoas muda, de um jeito ou de outro ninguém vai ser o mesmo daqui para frente.

O presidente Lula foi extremamente solidário e companheiro. Ele está preocupado, liberou recursos, confesso que até um pouco além das expectativas que tínhamos sinalizado, solicitado.

Há toda uma preocupação do governo no sentido de montar linhas de crédito através do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica para a questão habitacional; como também restabelecer linha de crédito para quem quer recomeçar seu pequeno negócio. Enfim, toda essa preocupação está simbolizada na visita do presidente Lula.

Ele não pôde ir à Blumenau por falta de visibilidade, mas assumiu o compromisso de voltar. E precisamos aqui organizar nossas reivindicações e apresentá-las, pois ele está aberto a isso. E o número de ministros que veio a Santa Catarina sentir o problema de perto, também já sinaliza a boa vontade do governo federal. Então, estou falando isso só para não cometermos nenhuma injustiça. Há uma solidariedade nacional muito forte e tenho certeza de que o presidente Lula está correspondendo.

Aproveito o momento para agradecer ao presidente por ter vindo à Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Nobre deputado, eu também já falei que fiquei surpreso com a quantidade de recursos e que ele não pôde ir à Blumenau por falta de teto no aeroporto. Mas como v.exa. foi prefeito e enfrentou esse tipo de situação quando houve o furacão Catarina, sabe que o município é muito penalizado.

Então, a minha preocupação neste momento é que o governo federal também ajude as prefeituras a refazerem a infraestrutura do município, indo boa parte dos recursos para os mesmos. Não estou falando somente de Blumenau, mas também de Itajaí, de Luis Alves, de Gaspar e todos os municípios que vivem de perto a vida do cidadão. Então, esses recursos têm que ir para as cidades, porque é lá que a prefeitura investe direto na abertura de uma rua. O que uma comunidade que está isolada precisa? Ela precisa que uma máquina abra uma rua, que aquele trecho seja asfaltado novamente, que passe um tubo de água, a canalização do esgoto, enfim, que seja feito tudo para aquelas pessoas voltarem a ter uma vida normal. E quem vai fazer essa obra? É a Defesa Civil, o Exército ou a Aeronáutica? Não, quem vai fazer essa obra é o município!

Por isso, quero chamar os deputados que agora integram comigo o Fórum Permanente do Sistema de Aprimoramento contra Enchentes em Santa Catarina para trabalharmos em cima disso, assim como os deputados que atuam no Fórum da Duplicação da BR-470, para trabalharmos ativamente junto com o governo federal na recuperação dessa rodovia.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o eminente líder do governo, deputado Herneus de Nadal, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estamos vivendo um momento de extrema dificuldade por conta deste fenômeno natural que alcança inúmeras cidades do nosso estado, vitimando catarinenses e levando já, praticamente, 100 pessoas ao óbito, e aproximadamente 80 mil desabrigados.

Com certeza, é um dos maiores desastres, uma das maiores catástrofes já vistas no território catarinense, com a diferença de que nas demais vezes os óbitos eram por afogamento, e agora são por deslizamento. É uma situação trágica que fez com que as pessoas tivessem perdas irreparáveis como suas casas, sua atividade, seu negócio e pessoas queridas da família, como o pai, a mãe, o filho.

Srs. deputados, estamos com prejuízos incalculáveis no porto de Itajaí e em tantos outros setores da nossa economia, por isso é importante destacar a solidariedade de todos os estados brasileiros que estão nos ajudando. São os nossos vizinhos e os estados também mais distantes que estão aqui presentes.

Quero destacar o trabalho dos servidores públicos, da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, enfim, destacar essa verdadeira corrente de solidariedade humana que se faz em todo o nosso estado. Ela inicia lá no extremo oeste, onde empresas, junto com entidades, viabilizam a vinda de caminhões carregados de víveres, de alimentos, de água, de roupas para atender as pessoas aqui nas cidades atingidas, alcançadas por esse verdadeiro desastre.

Ainda no dia de ontem, sr. presidente, nosso modesto gabinete recebeu ligações de pessoas que vivem nessa região e que têm contato conosco, que têm relação pessoal conosco, pedindo para serem socorridas por barcos porque estavam ilhadas. Os deslizamentos formam verdadeiros diques, açudes ou barragens que vão alagando tudo, ceifando vidas e levando todos os bens das pessoas.

Por isso, é importante nesse momento de tragédia e de dificuldade destacar a iniciativa e a ação das pessoas que, mesmo não conhecendo quem está passando por esse grande drama, mesmo não sabendo quem são, mas sabendo que são irmãos catarinenses, brasileiros, enfim, seres humanos, estendem o seu braço, a sua mão e, do pouco que têm, procuram ajudar e fazer com que as pessoas que já estão tendo falta de remédio, porque os postos de saúde estão alagados, que estão submersos, que não têm água, que não têm mais casa ou abrigo possam receber pelo menos atenção e solidariedade.

Quero destacar a ação do governador Luiz Henrique da Silveira, do vice-governador Leonel Pavan, do presidente da República, da Presidência da Assembleia Legislativa, na figura do seu presidente, deputado Julio Garcia, dos demais deputados que aqui também encaminham tantas ações, deputados que estão convivendo com o drama em suas cidades, a exemplo do deputado Jean Kuhlmann, que está vivendo o dia-a-dia com uma emoção que transborda, porque são muitas situações de desespero e que causam em todos nós grande sentimento de perda e de comoção.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero dizer que v.exa. está levantando um tema de fundamental importância, porque estamos presenciando a cada momento a solidariedade de todos os estados do Brasil. E muitas cidades de Santa Catarina, como Chapecó, perto da terra de v.exa., estão buscando donativos de todos os lados para encaminhar para as pessoas que estão precisando. E depois dessa calamidade toda que aconteceu, a sociedade ainda está unida para ajudar, para amenizar o sofrimento dos nossos irmãos.

Srs. deputados, ainda hoje temos municípios sem acesso, que estão isolados e estamos acompanhando isso de perto. Então, é um drama, pois as pessoas que tinham há alguns dias uma casa muito boa, um carro, quer dizer, uma vida normal, hoje não têm mais casa, o carro está totalmente destruído e não têm mais terreno, porque o seu desbarrancou e não podem nem construir novamente onde moravam. E isso tudo tem que ser avaliado.

Tivemos a ação imediata do governo federal, dos seus ministros, do governo Luiz Henrique da Silveira, que se tem dedicado de corpo e alma e que teve a solidariedade do governo federal a toda prova. Então, acho que neste momento precisamos continuar a salvar vidas para depois começarmos a reconstruir tudo isso que foi destruído. Espero que possamos, de alguma forma, amenizar o sofrimento dessas pessoas.

Ontem uma senhora conhecida, que mora em Itajaí, falou comigo cinco minutos e só disse duas palavras: "Estou desesperada!" O resto do tempo só chorava, pois é uma coisa que machuca muito as pessoas.

Então, parabeno v.exa. pelo tema levantado. Acho que o momento é de solidariedade, e é isso que temos que incentivar aqui em Santa Catarina, porque o país inteiro está vendo as ações do nosso estado e ajudando, contribuindo também.

Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Essa corrente de solidariedade, de apreço, de respeito e de consideração pelos nossos irmãos. E desde lá as nossas secretarias de Desenvolvimento Regional, as entidades, a população, as empresas, enfim, todos estão procurando ajudar e contribuir.

Então, nós sabemos que o dinheiro é necessário, que o recurso é necessário, mas sem a solidariedade, sem a ajuda da nossa população não há como reconstruir uma região da forma que se deseja, porque ela foi praticamente destruída.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Herneus de Nadal, nós estamos tendo lições de solidariedade durante essa tragédia das enchentes. Nós temos acompanhado o nosso povo que é solidário. Eu me surpreendi com a nossa região, a serra catarinense. Desencadeamos uma ação, juntamente com a SDR, a população, os prefeitos, na segunda-feira, para arrecadar alimentos para os desabrigados do vale do Itajaí, que foi a região mais atingida. A surpresa, ontem à tarde, é que duas carretas já foram cedidas pela transportadora Binotto e os empresários estão ajudando com 56 mil quilos de alimentos, deputado Antônio Aguiar! E para sábado estamos arrecadando mais duas carretas, com mais de 50 mil quilos de alimentos! Esse trabalho de solidariedade impressiona!

Eu acompanhava há pouco, lendo os sites, uma empresária lá de Luis Alves, município que está sem luz, que abriu mão dos compromissos e prazos de entrega da fábrica e emprestou o gerador da sua fábrica para o hospital do município, para que as pessoas pudessem ser atendidas.

O nosso povo é solidário, é um povo diferente, é o povo do nosso Brasil, da nossa Santa Catarina.

Mas nós também não podemos, em momento algum, fazer o discurso do oportunismo, nós é que temos essa responsabilidade, temos que achar os caminhos e não o discurso do oportunismo. Se quisermos achar culpados, vamos achá-los em todos os cantos. Não sabemos se há ou não culpados, mas não podemos culpar aquilo que nem existe ainda, que nem foi debatido ainda. Se quisermos achar um culpado nós saberemos dizer: foi a chuva que caiu, pois choveu em três dias o que normalmente chove em quatro meses, como falou o deputado Jean Kuhlmann. Diluíram os morros, os morros derreteram como se fossem sorvete, morros esses que sequer a população havia lá chegado ou explorado.

Acho que na verdade esse acidente foi causado pelo excesso de água que caiu em todo o vale do Itajaí, mas depois vou falar sobre isso no meu discurso.

Agradeço a v.exa. pela oportunidade do aparte e cumprimento-o pelo pronunciamento consciente para este momento tão trágico por que passa o estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - É com satisfação que concedo um aparte a v.exa., nobre deputado Sargento Amauri Soares, que pela sua formação profissional tem a exata dimensão do que estamos vivenciando no estado de Santa Catarina, pelo seu conhecimento, pela sua atividade dentro da Polícia Militar e como parlamentar também, logicamente.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Herneus de Nadal. Parabéns pelo seu pronunciamento e também obrigado pela generosidade, sempre presente em v.exa.

Eu quero reforçar uma idéia aqui que já foi citada pelo deputado Jean Kuhlmann. Em alguns lugares de Blumenau e também de outras cidades, especialmente da região, mudou a topografia. Então, se mudou a topografia que era inclinada numa distância de 100 metros, pode ter virado para 50 metros. Com isso as pessoas não têm mais o terreno, o espaço físico para, na semana que vem ou daqui a 15 dias, daqui a um mês, começar a reconstruir as suas casas.

E aí é que entra a necessidade de o poder público, deputado Jean Kuhlmann, e todos nós acompanharmos isso de perto e trabalharmos junto com os governos federal, estadual e municipal, porque precisaremos restabelecer o zoneamento de Blumenau e de outras cidades, para que as pessoas possam estabelecer-se em novos loteamentos, a fim de construir as suas casas, e isso vai demorar, mesmo se formos rápidos, meses. Então, temos que trabalhar nisso.

Quero agradecer pela sua bondade e pela bondade dos demais deputados de sempre citar o trabalho dos companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, de todos os policiais, indistintamente de graduação ou posto, que estão nessa frente de batalha, todos os servidores da Segurança Pública, todos os servidores públicos.

Quero informar também que no começo da tarde de hoje uma equipe de três enfermeiras e quatro técnicos de enfermagem, organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde - são servidores públicos estaduais que estão de férias ou de licença-prêmio -, estão colocando no carro medicamentos, água, colchões e dirigindo-se a Blumenau na expectativa de que o ministério da Saúde monte lá um hospital de campanha, para que possam ficar à disposição nesse trabalho de socorro, porque a saúde é afetada nessas catástrofes de cheias e existe risco de epidemias.

Então, esses servidores da Saúde estão à disposição de Blumenau e quero parabenizá-los por isso. Nós também estamos indo para lá para ver no que podemos ser úteis e desde agora, deputado Jean Kuhlmann, estamos colocando à disposição da cidade de Blumenau e da região para o que possa ser necessário.

Muito obrigado pela bondade de me haver concedido um aparte.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Essa soma de esforços é que nos permite superar as situações que nos parecem impossíveis ser vencidas.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Estou com o tempo já reduzido, mas ouço v.exa. com satisfação.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Herneus de Nadal, na verdade, não se tem ainda noção do que efetivamente ocorre. Certamente temos muitas dificuldades a serem vencidas ainda.

Há pouco recebi a notícia de uma pessoa que teve sua propriedade invadida pelas águas e todos os animais que estavam na propriedade morreram. Então, isso agora vai-se refletir em doenças, em um trabalho enorme. E depois que baixarem as águas, será necessária uma grande mobilização, por tempo indeterminado, do governo estadual, do governo federal, do governo municipal, de todas as pessoas que estão envolvidas nesse processo. E nós temos a responsabilidade de colaborar com isso. Mas também é importante registrar que existe um movimento de solidariedade muito grande do Brasil inteiro.

Ontem, fiz contato diretamente com o governador o vice-presidente do grupo Pão de Açúcar, que está oferecendo uma grande doação para o nosso estado. Da mesma forma, duas redes poderosas de supermercados do Brasil, a Wall Mart e o Carrefour, estão indo nessa mesma linha. E a Associação Brasileira de Supermercados está fazendo um movimento muito grande para que todos os setores de supermercados do Brasil inteiro colham donativos para ser encaminhados a Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Está na hora de agradecer, sr. deputado, tanta solidariedade, tanto empenho de muitas pessoas em favor da gente que sofre e passa por dificuldades.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno:

Projetos de Lei n.s: 0140/2008, de autoria do deputado Darci de Matos; 0315/2008, de autoria do deputado Manoel Mota, e 0474/2007, de autoria do deputado Jailson Lima.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0330/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s 0441/2008 e 0442/2008 de autoria do deputado Dagomar Carneiro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Associação das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina, cumprimentando-a pela realização do 2º Fórum Sul Brasileiro de Microcrédito e 2º Fórum de Microcrédito da Amcred.

A Presidência defere plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Câmara de Dirigentes Lojistas e da Associação Comercial e Industrial de Palmitos, cumprimentando-as pela realização do Prêmio Destaques Empresariais e Empresário do Ano 2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do jornal *Correio Lageano*, cumprimentando-a pelo recebimento do Prêmio Empreendedor José Paschoal Baggio, em sua 10ª edição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do Hospital de Caridade Bom Jesus dos Passos, de Laguna, cumprimentando-a pelas obras realizadas naquela instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da Policon, de Tubarão, cumprimentando-a pela comemoração dos 20 anos de fundação daquela empresa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Unisul, cumprimentando-o pelos 44 anos de fundação daquela instituição.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Câmara de Vereadores de Tubarão, cumprimentando-o pela sessão solene de outorga de títulos e honrarias.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, cumprimentando-o pela publicação, na capa da revista do TCE, da obra *Proclamação da República Juliana*, do artista plástico Willy Zumblick.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o encerramento da tramitação do Projeto de Lei n. 0325/2008.

A Presidência defere de plano.

Esta Presidência gostaria de anunciar a 2ª Festa Nacional do Steinhæger e do Xixo, no município de Porto União, que será realizada nos dias 5, 6 e 7 de dezembro.

Porto União é um município que faz fronteira com o estado do Paraná, município esse que já teve também seus momentos difíceis, seus momentos de tragédias pela enchente e pelo granizo.

Temos certeza de que o planalto norte e todo o estado de Santa Catarina vão prestigiar a Festa do Steinhæger, uma vez que é uma bebida genuína daquela região do nosso estado.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori, que é conhecedor do assunto.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, o seu convite é pertinente, é muito importante. Eu quero só abrir um parêntesis: numa das viagens de trabalho que esta Casa fez à Alemanha, e eu estava presente, visitamos a cervejaria mais antiga do mundo, em Munique. E a filha do então presidente, deputado Gilmar Knaesel, que fala muito bem o alemão, a meu pedido, perguntou ao garçom qual era o melhor *steinhaeger* do mundo. E ele respondeu que era do Brasil, com muita honra, fabricado em Porto União!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Parabéns, deputado, pela sua intervenção.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, dois assuntos nós queremos ressaltar. O primeiro deles o deputado Jean Kuhlmann já colocou com muita propriedade.

Nós, que fomos prefeito da capital de todos os catarinenses, sofremos as consequências de uma catástrofe, de uma enxurrada, na qual 1.700 ruas e oito pontes foram destruídas. Enfim, tivemos problemas sérios no nosso município. E o que o deputado Jean Kuhlmann ressaltou? Que os recursos dessa ajuda devam ir direto aos municípios, pois eles é que sabem o que têm que fazer e refazer.

Mais do que isso, é necessário, nobre deputado, que os órgãos ambientais já se antenem, juntamente com as prefeituras, para o licenciamento, principalmente para a dragagem, drenagem ou desassoreamento que devem ser feitos. Por que há necessidade de licenciar? Parece ser óbvio, mas é que ao tirar aquele material na drenagem, na dragagem ou desassoreamento é necessário colocá-lo num determinado lugar, onde não vá criar problema. É o conhecido bota fora. E isso tem que ser feito por técnicos que conheçam, juntamente com engenheiros, para que possam fazer o serviço bem feito.

E eu quero aqui alertar, por exemplo, a questão do vale do Itajaí. Todo o sistema de chuva do vale vai passar por onde? Vai passar por Itajaí, até chegar ao mar. E o que está acontecendo lá?

Então, quero aqui ler uma notícia para alertar sobre a gravidade, nesse caso, da questão portuária.

(Passa a ler.)

"A reconstrução dos berços de atracação e do armazém 2 no porto de Itajaí vão exigir 'nunca menos de R\$ 200 milhões', diz o superintendente do porto Arnaldo Schmitt." Ele já foi deputado desta Casa e prefeito de Itajaí. "As obras do berço 4, que teve avarias menores, ficam prontas em uma semana. Os trabalhos no berço novo, do Terminal de Contêineres do Vale do Itajaí (Teconvi), acabarão em 15 dias.

Os outros berços - totalmente destruídos pela enchente - só serão reconstruídos num prazo de pelo menos seis meses. Também será necessário dragar o canal de acesso, numa extensão de nove quilômetros. A administração do porto entregou relatório preliminar dos problemas ao presidente Lula, ontem à tarde.

Por causa da enchente, deixam de ser movimentados produtos no valor de US\$ 33,5 milhões por dia em importação e exportação de mercadorias catarinenses em razão da paralisação de serviços em três berços. Em seis dias de paralisação, o prejuízo chega a US\$ 201 milhões."[sic]

Vejam, srs. deputados, como essa catástrofe da enchente foi grande. Além do socorro pessoal, que é prioritário, houve a solidariedade das pessoas, e queremos fazer um agradecimento aos outros estados, aos donos de cadeias de mercados, de abastecimento de alimentação e água que, num gesto louvável, estão doando às famílias flageladas. Quero agradecer a todos que estão trabalhando nesse grande mutirão.

Vamos ter prejuízos econômicos em todo o sistema de indústria, em todo o sistema de geração de riqueza, consequentemente, os prejuízos econômicos serão muito grandes neste Natal, neste final de ano.

Temos o caso do porto de Itajaí, que o presidente tomou conhecimento porque é estratégico, é o maior porto, que as pessoas devem saber, de câmara frigorífica, de contêiner do país. Então, temos esse tipo de exportação que Itajaí lidera, mas que pode sofrer um grande prejuízo em função dessa calamidade. Consequências: vai sobrecarregar o porto de São Francisco do Sul e talvez aí seja uma maneira de aproveitar melhor o porto de Imbituba. Nesse sentido, quero alertar as autoridades, os administradores do porto de Imbituba, no sentido de que se possa realmente escoar ou importar mais produtos catarinenses.

Enfim, quero dizer que toda a cadeia produtiva sofrerá prejuízos em decorrência disso. Nós temos que torcer para que realmente chova no oeste, onde está ocorrendo estiagem, para que tenhamos uma safra boa, porque essa seca irá prejudicar também toda a cadeia agropecuária, pois pode afetar as plantações de milho, de fumo.

Então, é nesse sentido que nós temos que estar atentos, ter a visão, como parlamentar, dessa catástrofe e o quanto devemos fazer.

E eu não perco tempo para cada vez mais elogiar a atitude do nosso governador Luiz Henrique, que se transferiu para as regiões afetadas e está administrando Santa Catarina de lá. Ontem recebeu o presidente da República, cuja presença é elogiável e que veio trazendo recursos com a recomendação de que esses recursos devem chegar realmente de forma descentralizada em todos os municípios, para que possam atender as demandas.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Hoje, acho que vou bater o meu recorde em utilizar o microfone de aparte, mas eu não podia deixar de falar, depois que v.exa. citou a descentralização dos recursos.

Quero concordar em gênero, número e grau com v.exa. já que a minha preocupação realmente é até quanto desse dinheiro do governo federal que está sendo liberado pelo presidente Lula vai para os municípios, porque é o município que vai manter o abrigo, é o município que tem que abrir a estrada, é o município que tem que restabelecer o abastecimento d'água, é o município que tem que reconstruir o saneamento, é o município que vai ter que arranjar uma casa, um local para que aquelas pessoas que perderam tudo possam morar. O governo federal vai recuperar o gasoduto, vai recuperar a BR, mas diretamente na vida das pessoas é o município que tem que atuar.

Então, a minha preocupação é quanto desse R\$ 1,6 bilhão vai para os municípios para, consequentemente, atender o povo.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Tenho certeza de que os nossos dirigentes, com a sua experiência, assim procederão. E o presidente Lula assim o fez através de medida provisória, para que os recursos sejam liberados de imediato. O nosso governador, que defende a descentralização, dará resposta imediata, com certeza, junto aos municípios, visando à reconstrução.

Obviamente que o estado também tem seus problemas, como o governo federal tem os seus, mas isso só se resolverá com parceria e com a descentralização. Nada melhor do que nós estarmos atentos porque virão muitos convênios municipais para repasse desses recursos. Então, os municípios, através de convênio, poderão receber esses recursos.

Sr. presidente, nós estamos torcendo para que isso ocorra, para que de imediato se possa passar à fase da reconstrução, que é uma fase muito difícil, nós sabemos. É um momento em que nós temos que ter um apoio muito grande.

Nós já sabemos que está faltando cimento na construção civil; nós já sabemos que está faltando matéria-prima, mas no momento o fundamental é o salvamento, a alimentação, são os lugares para as pessoas se abrigarem! Essa é a prioridade e isso está sendo feito de uma forma fantástica, através da solidariedade de todo o país e de todo o nosso estado de uma forma nunca vista.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, primeiramente gostaria de solicitar autorização do presidente para que esta Casa encaminhe telegrama de condolências à família do nosso saudoso Bernard Wolfgang Werner, ex-presidente da Fiesc, que lamentavelmente nos deixou no dia de ontem, com 81 anos de idade.

O dr. Bernard foi o grande responsável pela expansão do Sesi e Senai, na época em que mostrava o quanto é importante a educação e o lazer. E a Fiesc foi a grande responsável, através do Sesi e do Senac, em promover os nossos empresários, aqueles que mantêm o Sesi e o Senac.

Mas, sr. presidente e srs. deputados, demos entrada, no dia de ontem, ao Projeto de Lei n. 0362/2008, que revoga o inciso III e o § 4º do art. 1º da Lei n. 13.721, de 16 de março de 2006 e autoriza o Poder Executivo a delegar serviços na área de trânsito e estabelece outras providências.

E o seguinte o teor do projeto:

(Passa a ler.)

“Art. 1º - Revoga-se o inciso III e o § 4º do art. 1º da Lei nº 13.721, de 16 de março de 2006.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Reno Caramori

Deputado Estadual”

Justifica-se esse nosso projeto de lei tendo em vista essa polêmica de que novamente, desde 1987, estamos mostrando às autoridades constituídas o quanto está errado penalizarmos o cidadão que compra o seu veículo e tem que registrar em cartório o contrato de compra e venda.

(Continua lendo.)

“O presente Projeto de Lei tem o escopo de revogar o inciso III e o § 4º do art. 1º da Lei nº 13.721, de 16 de março de 2006, que autoriza o Poder Executivo a delegar serviços na área de trânsito e estabelece outras providências.

A referida lei estabelece, em seu art. 1º, inciso III, o registro do contrato da propriedade fiduciária de veículos, delegando, através do § 4º desse artigo, a concessão à instituição investida de competência legal. Em outros termos, estabelece a obrigatoriedade do registro dos contratos de alienação fiduciária de veículos automotores, a serem emplacedos no Estado, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos de Santa Catarina.

Portanto, conforme estabelece o Código Civil brasileiro, no seu art. 1.361, § 1,

considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor e constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículo, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se anotação no certificado de registro.”

Essa é a obrigatoriedade. Não há necessidade de registrar em cartório o contrato, pois a garantia do credor está explícita no certificado de propriedade do veículo alienado para determinada financeira.

(Continua lendo.)

“Da mesma forma, o disposto na legislação do CONTRAN, no art. 1º e 2º da Resolução nº 159, estabelece que os contratos de alienação fiduciária dos veículos registrados e licenciados deverão ser procedidos junto à sua base estadual, ou seja, é atribuição do DETRAN/SC, podendo ou não a sua execução ser conveniada com instituição investida de competência, evidenciando assim, a não obrigatoriedade em registrar em cartório os contratos de alienação fiduciária na compra de veículos automotores, antes de registrá-los no DETRAN.

Entretanto, o Poder Executivo, utilizando-se de artifício não convencional, editou a Portaria nº 039/DETRAN/ASJUR/2008, como forma de restabelecer a obrigatoriedade, impondo mais um ônus à população catarinense.

Ainda, a Câmara dos Deputados realizou audiência pública no dia 04 de novembro do corrente ano, na qual o Diretor Nacional do DENATRAN, sr. Alfredo Peres da Silva, afirmou categoricamente que o referido registro em cartório não é necessário.

Sendo assim, se não bastassem todas as argumentações legais, a medida vem na contramão de todo o esforço do Governo Federal em manter a atividade econômica aquecida por meio da oferta de crédito.

Ante o exposto, o signatário peticiona aos nobres pares nesta Assembléia a aprovação do referido Projeto de Lei, que visa desonerar o cidadão de mais um tributo.”[sic]

Srs. deputados, nós estamos debatendo esse assunto já há algum tempo e está comprovada a sua inadequação, tanto é que em 1997 a Justiça mandou cessar a cobrança, e em 2000, 2001, 2005 e 2007 da mesma forma, quando se tratava de convênio. Agora a Medida Provisória n. 39 propõe um contrato entre o comprador, o Detran e os cartórios, mais uma vez lesando o nosso cidadão.

Nós já mostramos, e no dia de ontem eu recebi de duas revendedoras, para amostragem simplesmente, 36 recibos em que o proprietário vai até o cartório com o boleto emitido pelo Detran, recolhe o percentual de 1% sobre o valor financiado, volta ao Detran e lá registra o seu veículo.

E não vamos muito longe, ainda ontem um funcionário desta Casa adquiriu um veículo e perguntou-me se deveria registrá-lo ou se deveria aguardar uma decisão da Justiça. Eu disse que enquanto tramitar é preciso registrar, porque até há um prazo legal para o registro. Se o Detran está cobrando, ele vai responder na Justiça de acordo com a lei depois que o processo transitar e for julgado, pois a Justiça derrubou a quinta tentativa.

Eu tenho a certeza de que a Justiça vai mais uma vez referendar as demais quatro negativas para que o proprietário de veículo tenha que, mais uma vez, além das suas prestações, além do imposto caro que é pago na hora da aquisição do veículo e do registro no Detran, pagar mais um valor, que seria o da prestação, para registrar em cartório, o que é inútil, não há necessidade. Por quê? Porque a garantia já está vinculada no certificado de propriedade de veículo, que é a garantia da financiadora.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu acho, deputado Reno Caramori, que esse assunto é de extrema relevância e que a criatividade deste estado para inventar taxas e taxinhas é impressionante. De vez em quando aparece aqui um projeto de lei que tem as taxinhas embutidas. Esse aqui é pior, nem projeto de lei existe, é portaria.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Agradeço o seu aparte, deputado Décio Góes.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência agradece, em nome do deputado Julio Garcia, pelas ações em prol dos atingidos pela tragédia nos municípios do estado de Santa Catarina, e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, às 19h, em comemoração aos oito anos da Escola do Legislativo.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA N. 081-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Herneus de Nadal para ausentar-se do País, no período de 28 a 30 de novembro do corrente ano, a fim de acompanhar as delegações dos municípios do Oeste Catarinense que disputarão o XXVI Torneio Desportivo Internacional Pioneiro Carlos Culmey, na cidade de Montecarlo, na Argentina.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de novembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 241, de 01/12/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MONIQUE DE SOUZA DA SILVA**, matrícula nº 5789, do cargo de Secretário Particular da Presidência, código PL/DAS-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Gabinete da Presidência).

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antonio Aguiar - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 242, de 01/12/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

NOMEAR JULIANA TANCREDO GALLOTTI, matrícula nº 5090, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Particular da Presidência, código PL/DAS-3, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Gabinete da Presidência).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 243, de 01/12/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ALVARO PACHECO DE SOUZA**, matrícula nº 1237, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Divulgação e Serviços Gráficos, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, servidor CLAUDIR JOSE MARTINS, que se encontra em licença para tratamento de saúde no período compreendido entre 24 de novembro de 2008 e 1º de janeiro de 2009 (DAT - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 244, de 01/12/2008

Altera o ATO DA MESA nº 165, de 2008 e adota outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA, no exercício de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica acrescido ao ATO DA MESA Nº 165, de 12 de agosto de 2008, os Arts. 1º - A, parágrafo único, 1º - B §§ 1º, 2º, 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art. 1º - A Os estagiários receberão a título de auxílio transporte, o valor de R\$ 87,12 (oitenta e sete reais e doze centavos) mensais.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio transporte de que trata o *caput*, será efetuado até o último dia útil de cada mês.

Art. 1º - B É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a um ano, período de recesso de trinta dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares ou durante o período do calendário das férias gerais dos servidores da Assembleia Legislativa.

§ 1º O recesso de que trata o *caput* deste artigo deverá ser remunerado no valor equivalente da remuneração mensal do estágio.

§ 2º Os dias de recesso previstos no *caput* deste artigo serão concedidos de maneira proporcional, na fração de um doze avos para cada mês de estágio, nos casos em que não se completar o período aquisitivo de doze meses.

§ 3º A compatibilização dos períodos dos recessos concedidos na forma do anterior com as férias gerais dos servidores da Assembleia Legislativa, será permitida a antecipação do direito a que se refere o *caput*, sem prejuízo de ulterior compensação.

§ 4º Ocorrendo o encerramento do estágio antes da data estabelecida, o estagiário terá direito a título de indenização, o valor correspondente a um doze avos para cada mês de estágio sem a respectiva fruição do período de recesso, bem como o pagamento proporcional pelos dias trabalhados."

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Ato ocorrerão à conta da dotação orçamentária própria da Assembleia Legislativa.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 245, de 01/12/2008

Altera os índices de vencimentos dos servidores de acordo com o art. 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no caput do artigo 32 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,*

Art. 1º Para efeito de implantação da retribuição financeira dos vencimentos dos servidores efetivos, ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, prevista no artigo 32, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, os índices de vencimentos nos níveis 01 a 70, do Anexo VI, e os índices de vencimentos atribuídos aos servidores beneficiados por intermédio da correlação inserida no Anexo XIII, da referida Resolução, passam a vigor conforme os Anexos I e II deste Ato, ficando, desta forma, integralizada sua implantação.

Parágrafo Único. A retribuição financeira prevista no caput deste artigo não se aplica aos servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato correrão à conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

Anexo I

NÍVEL	ÍNDICE	NÍVEL	ÍNDICE
1	1,6863	36	5,4879
2	1,7441	37	5,6761
3	1,8039	38	5,8708
4	1,8658	39	6,0721
5	1,9298	40	6,2803
6	1,9959	41	6,4956
7	2,0644	42	6,7184
8	2,1352	43	6,9487
9	2,2084	44	7,1870
10	2,2841	45	7,4334
11	2,3624	46	7,6890
12	2,4434	47	7,9527
13	2,5272	48	8,2253
14	2,6139	49	8,5074
15	2,7035	50	8,7991
16	2,7962	51	9,1008
17	2,8992	52	9,4129
18	2,9912	53	9,7356
19	3,0938	54	10,0695
20	3,1999	55	10,4147
21	3,3096	56	10,7718
22	3,4231	57	11,1412
23	3,5405	58	11,5232
24	3,6619	59	11,9183
25	3,7875	60	12,3270
26	3,9173	61	12,7498
27	4,0517	62	13,1871
28	4,1906	63	13,6394
29	4,3343	64	14,1072
30	4,4829	65	15,0901
31	4,6366	66	15,6077
32	4,7956	67	16,1430
33	4,9600	68	16,6967
34	5,1301	69	17,2694
35	5,3060	70	17,8617
		71	-

Anexo II

CORRELAÇÃO ANEXO VII	
Nível	Índice
8	-
7	17,8617
6	16,1430
5	14,4680
4	12,8680
3	11,2680
2	9,6680
1	8,0670

CORRELAÇÃO ANEXO XIII		
CÓDIGO	CÓDIGO	ÍNDICE
PL/DCA-1	PL/DAS-1	8,0670
PL/DCA-2	PL/DAS-2	9,6680
PL/DCA-3/DASU-1	PL/DAS-3	11,2680
PL/DASU-2	PL/DAS-4	12,8680
PL-DASU-3	PL/DAS-5	14,4680
PL/DASU-4/DCA-4/3-CC	PL/DAS-6	16,1430
PL/DAT-1	PL/DAS-7	17,8617

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 246, de 01/12/2008

Dispõe sobre as férias gerais dos servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina para o exercício de 2009 e adota outras providências.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º As férias gerais dos servidores do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa serão fruídas no período compreendido entre os dias 02 e 31 de janeiro de 2009.

§ 1º Ficam excluídos da Escala de Férias a ser elaborada pela Diretoria de Recursos Humanos, os servidores que ainda não completaram o período aquisitivo legal para a sua fruição, os quais deverão usufruir o direito no mês de julho de 2009 ou janeiro de 2010.

§ 2º Para fins de coincidência com o período estabelecido no *caput*, os servidores que integralizarem o período aquisitivo de férias até o mês de fevereiro de 2009 serão incluídos na escala de férias do mês de janeiro de 2009.

Art. 2º O pedido de transferência e sustação de férias, fundamentado e motivado por imperiosa necessidade de serviço, será deferido por portaria do Diretor Geral, que estabelecerá o mês do ano de 2009 para a respectiva fruição.

Art. 3º Ficam considerados pontos facultativos os dias 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2008 e 02 de janeiro de 2009, para os servidores da Assembléia Legislativa.

Art. 4º O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior e durante o mês de janeiro de 2009 deverá ser garantido pela administração por intermédio da escala de serviços ou plantão, fixada por portaria do Diretor Geral.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 247, de 01/12/2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2155/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 77, § 3º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

FAZER CESSAR a partir de 1º de dezembro de 2008, os efeitos do Ato da Mesa nº 021, de 30 de janeiro de 2007, que concedeu licença para o tratamento de interesses particulares ao servidor **VICTOR INACIO KIST**, matrícula nº 1039.

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador - Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1671ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1671ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovado parecer por unanimidade à Consulta - Of. CL nº 769/08 de 18/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Convênio, celebrado com UNALE E ALESC". Retirado de pauta pelo relator o Ofício nº 0455/2008 - 11/11/08, Interessado: Deputado Rogério Mendonça "Vice-Prefeito pode exercer concomitantemente ao mandato, o cargo de membro do Magistério Público Estadual (Professor concursado)? e o Vice-Prefeito, pode exercer concomitantemente ao mandato (atividade de professor) junto à Fundação de Direito Privado". 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade à Consulta - Of. CL nº 768/08 de 18/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2007-00, serviços de copeira ONDREPSB (inclusão e exclusão de dois postos de trabalho) na ALESC". 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2132/08, de Arlete da Silva e aprovado parecer por unanimidade quanto ao período integralizado e indeferido, por maioria, quanto ao período proporcional o Processo nº 2108/08, de Vinicius Balestrin Guiotto. O relator deu conhecimento do parecer exarado na Informação ao Mandado de Segurança nº 2008.064321-4, Impetrante: Hilton Osny Pereira e Impetrados: Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 4) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovado parecer por unanimidade à Consulta - Of. CL nº 764/08 de 14/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão Presencial, prestação de serviço de apoio à atividade de informática". 5) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovado parecer por unanimidade à Consulta - Of. CL nº 744/08 de 07/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2007-00, celebrado com a Empresa Marcca Mais Comunicação Ltda.". 6) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2131/08, de Vinicius Veiga Garcia Hamagusch; Processo nº 2054/08, de Rosalba Fiúza Lima; Processo nº 2027/08, de Márcio Antônio Pereira;

Consulta - Of. CL nº 767/08 de 18/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão, pintura áreas externas do Palácio Barriga-Verde"; Consulta - Of. CL nº 771/08 de 19/11/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Convênio nº 004/2008-00, Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul - UPM"; aprovado parecer por unanimidade, quanto ao período integralizado e indeferido, por maioria, quanto ao período proporcional o Processo nº 2085/08, de Laine Maria de Nadal. 7) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 2098/08, de Paulo Roberto da Silva e Processo nº 2115/08, de Roseli Teresinha Goedert. 8) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 2130/08, de Claudia Bressan da Silva. O relator, colocou extra pauta o Ofício nº 9767/2008 de 04/11/2008, Interessado: Marcel Luciano Higuchi V. dos Santos - Juiz do Trabalho da 2ª Vara do Trabalho de Florianópolis/SC. "Providências Disciplinares, civis e penais - gestão irregular do patrimônio público RO 05493-2007-014-12-00-6, Reclamante: Pedro Paulo Prazeres e outros (8), Reclamado: Estado de Santa Catarina", que teve o parecer aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia 03 de dezembro. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2008.

*** X X X ***

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 22 DE OUTUBRO DE 2008, ÀS 09 HORAS E 45 MINUTOS.

As dez horas e quinze minutos do dia vinte e dois de outubro do ano de dois mil e oito, sob a presidência da Senhora Deputada Ada De Luca, Presidente desta Comissão, amparada pelo Art.123 do § 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, referente a 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos senhores Deputados membros: Elizeu Mattos, Odete de Jesus, Serafim Venzon e Genésio Goulart. A senhora Presidente agradece a presença dos senhores Deputados membros, e informa que serão batidas fotos dos Deputados membros, para foto de capa da revista que está sendo elaborada pela assessoria desta Comissão, como forma de se fazer um relatório das atividades do biênio 2007-2008. Na sequência foi apro-

vada: Ata da 4ª Reunião ordinária, realizada na data de 03 de setembro de 2008. Os Senhores Deputados passaram a relatar as matérias: a Senhora Presidente convida a Deputada Odete de Jesus para ler o seu parecer no: PL nº 0090.8/2007, que "Dispõe sobre a proibição da venda, distribuição e utilização de bebidas alcoólicas e hastes ou suportes de bandeiras no interior de estádios de futebol, ginásios de esportes e congêneres públicos", de autoria do Deputado Narciso Parizotto, exarando parecer pela continuidade da matéria com a realização de Audiência Pública a fim de se ouvir a sociedade e demais interessados, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; no Projeto de Lei nº 0613.2/2007, que "Dispõe sobre a utilização de cheques nos estabelecimentos comerciais e adota outras providências", de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, sendo que, a Senhora Deputada Professora Odete de Jesus, informa que o mesmo entrará na pauta da próxima reunião. Deliberação e discussão no parecer do Deputado Serafim Venzon, no Projeto de Lei nº 0078.1/2007, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes ou placas em instituições financeiras e outros estabelecimentos que operam com financiamentos, com informação da Lei Federal nº 8.078, de 1990, a qual assegura ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos", de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, exarando parecer pela aprovação que posto em discussão e votação foi solicitado vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. Deliberação e discussão no parecer do Deputado Genésio Goulart. no: PL nº 0409.0/2007, que "Dispõe sobre a realização de testes vocacionais gratuitos para alunos das Escolas Públicas Estaduais", de autoria do Deputado Darci de Mattos, exarando parecer pelo encaminhamento a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público por entender que não cabe a esta Comissão de Direitos sua apreciação, que posto em discussão e votação foi aprovado o encaminhamento; no PL nº 0489.5/2007, que "Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Sagrado Coração de Jesus - Casa do Idoso" - ABSCJ, localizada na cidade de Xanxerê de autoria do Deputado Gelson Merísio, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Antes de encerrar a presente reunião a Senhora Presidente convida os deputados membros desta Comissão, à participaram da Jornada Catarinense pela Infância e Adolescência Protegidas, que ocorrerá nos Municípios de Joaçaba, Chapecó, Lages, Joinville, Blumenau, Criciúma, Itajaí e Florianópolis, cujas datas e horários, estão anexadas as suas pautas. Antes de encerrar a presente reunião a Sra. Presidente, agradece a participação dos Deputados membros, dos funcionários da Imprensa, TVAL, Rádio Alesc, som, copa e funcionários da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Claudiane B. Remor Borghezian, Chefe de Secretaria, lavei a presente Ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia. Sala das Comissões, em 10 de julho de abril de 2008.

Deputada Ada De Luca
Presidente
Florianópolis, 22 de outubro de 2008
*** X X X ***

ATA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às nove horas, sob a Presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 26ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, reuniram-se os senhores deputados: Manoel Mota, Marcos Vieira, Renato Hinnig, Décio Góes, Gelson Merísio, Joares Ponticelli e a deputada Professora Odete de Jesus. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação a ata da 25ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O Presidente anunciou a presença do Sr. Avelino Menegola Prefeito de Xanxerê e o saudou, em seguida passou a ler o ofício enviado aos membros da Comissão, contendo o calendário com os prazos para apresentação de emendas ao projeto de revisão do (PPA), para o período de dois mil e nove dois mil e onze, o deputado Renato Hinnig, no seu parecer preliminar, definiu também a data de dez de dezembro para a discussão do parecer final e dias dez e onze para votação em plenário com retorno da matéria para a Comissão de Finanças para fazer a redação final do projeto e no dia dezessete de dezembro, para ser votado em plenário, em discussão e votação, foi aprovado o cronograma, o mesmo encontra-se em anexo. Continuando, deputado Décio Góes, se manifestou contra o regime de urgência do PL./nº 0347.3/2008, alegando que não haveria tempo hábil para ser discutido com a população, alegou ainda que o projeto enviado pelo Governo do Estado advem de setores empresariais faltando ao mesmo embasamento técnico, defendeu a adequação deste projeto com o produzido pela Fatma, resultando desta união, segundo ele, uma legislação mais adequada aos moradores e também mais

comprometida com a preservação e conservação dos mananciais de água e da própria ocupação territorial, pois só assim se preservará o meio ambiente para as novas gerações, pediu a palavra o deputado Marcos Vieira, que defendeu a aprovação do regime de urgência, justificou que a região da Serra do Tabuleiro necessita de remarcação com urgência, para que os nativos possam tomar posse oficialmente de suas propriedades e produzirem de forma ordenada, alegou que sua preocupação encontra-se no recesso de quarenta e cinco dias que virão com as festas de final de ano e as férias coletiva no mês de janeiro, para ele nada impede que o projeto venha a ser chamado à plenário no mês de março, oportunizando a discussão e apresentação de emendas, o deputado Décio Góes continuou irredutível ficando acordado entre os deputados presentes, que os governistas tentariam negociar com o governo a retirada do regime de urgência retornando às dezessete horas com a resposta, o Presidente Jorginho Mello convocou a todos para a reunião extraordinária no horário acima estabelecido. Na seqüência, o deputado Gelson Merísio relatou o PLC/0027.7/2008, seu parecer foi pela tramitação da matéria, em discussão em votação, foi aprovado por unanimidade, o Presidente Jorginho Mello passou a relatar o PLC/330.5/2008, adotou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação, em discussão votação, foi aprovado por unanimidade, ato contínuo, sem mais projetos à relatar, o Presidente Jorginho Mello informou aos parlamentares a orientação repassada pela Defesa Civil Estadual em relação às doações feitas aos flagelados. O pedido foi para que as doações se concentrassem em alimentos já cozidos, produtos dentro da validade, materiais de limpeza e higiene pessoal, roupas de cama, mesa, banho e de uso pessoal, os deputados, Manoel Motta, Renato Hinnig e a deputada Professora Odete de Jesus deram depoimentos emocionados sobre a calamidade que se abateu sobre os catarinenses com as fortes chuvas que caíram sem tréguas e se solidarizaram com a população, fornecendo informações úteis de como ajudar os flagelados. O Presidente deputado Jorginho Mello, por questão de ordem passou a palavra ao deputado Décio Góes, que voltou a discutir o PLC./285.7/2008, alertando ao relator deputado Renato Hinnig, para o perigo do projeto ficar desconectado com as conjunturas econômicas que se apresentam no cenário nacional e internacional, já que o projeto aprovado para o período de dois mil e nove - dois mil e onze, para ele é bastante longo, o deputado Renato Hinnig disse ser solidário essas preocupações e que já contactou com a Secretaria de Planejamento do Estado, para que as previsões orçamentárias sejam revistas para a apresentação do relatório final. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, onde, para constar eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, às dezessete horas, sob a Presidência do deputado Jorginho Mello, reuniram-se os deputados Jorginho Mello, Gelson Merísio, Marcos Vieira, Décio Góes, Manoel Mota, Renato Hinnig e a deputada Professora Odete de Jesus. O Presidente abriu os trabalhos. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra ao deputado Marcos Vieira, para aprovação da sugestão de calendário proposta pelo próprio a seus pares, para discussão do PL.0347/2008, de origem governamental, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual Serra do Tabuleiro. O projeto ainda institui o Mosaico de Unidades e cria o Fundo Especial de Regulamentação, Implantação e Manutenção do Mosaico. Ainda deverá ser discutida com os Presidentes das Comissões de Meio Ambiente e Agricultura e Política Rural, a realização conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças e Tributação, de duas Audiências Públicas no dia quatro de dezembro em Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz. Segundo o relator do projeto, o PL. 0347/2008 chegou à Assembléia Legislativa do Estado, com tramitação em regime de urgência, ou seja, quarenta e cinco dias, e tem que ser votado até o dia cinco de fevereiro de dois mil e nove. Na reunião ordinária da Comissão acima epigrafada, o deputado Décio Góes solicitou a retirada do pedido de urgência. "Em razão da importância do projeto, decidimos pela manutenção do pedido de urgência. A realização das audiências vão nos oportunizar tempo para estudar o assunto". O deputado Décio Góes lamentou a manutenção do pedido de urgência e afirmou que a Comissão de Meio Ambiente não irá aprovar a participação nas Audiências Pública. "Eu lamento a falta de sensibilidade do Governo em não permitir a colaboração dessa Casa. Não tem sentido discutirmos um projeto tão importante em vinte dias. O assunto merecia maior consideração". Na seqüência, o deputado Joares Ponticelli disse que a oportunidade não é a melhor, mas deve ser aproveitada. "O projeto não chegou em boa época, mas não podemos perder a oportunidade de agora. Recebeu várias comitivas

dos Municípios atingidos pelo Parque, pedindo o comprometimento com a aprovação do projeto". Conforme o calendário, a apresentação de emendas vai até o dia cinco de dezembro, o parecer do relator deverá ser apresentado até o dia nove, e a votação nas quatro Comissões deve acontecer no dia dezesseis de dezembro. No dia dezessete de dezembro a matéria deverá estar pronta para a ordem do dia. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrada a presente reunião, a qual eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da décima quarta reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Jean Kuhlmann, Elizeu Mattos, Renato Hinnig, Dirceu Dresch e Professor Grandó. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 0034.6/2008, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que "Altera a redação da Lei Complementar nº 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências (regime de prioridade, através do RQX/1132.5/2008)". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, com emenda modificativa, foi aprovado por unanimidade; Projetos de Lei nºs 0210.9/2008, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que "Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Microbia São José, com sede no Município de Massaranduba". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0264.1/2008, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que "Institui o Dia Estadual de Limpeza das Praias". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0280.1/2008, de autoria do Deputado Julio Garcia, que "Declara de utilidade pública o Grupo de Poetas Livres, com sede no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0282.3/2008, de autoria do Deputado Renato Hinnig, que "Declara de utilidade pública a ACONTHIF - Associação dos Contadores de Histórias de Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0296.9/2008, de autoria do Deputado Nilson Gonçalves, que "Declara de utilidade pública o Grupo de Assistência Social Paraíso, com sede no Município de Joinville. Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0300.0/2008, de autoria do Deputado Valmir Comin, que "Declara de utilidade pública a Associação de Apoio aos Portadores de Esclerose Múltipla da Grande Florianópolis, com sede no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0302.1/2008, de autoria do Deputado Renato Hinnig, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Criadores de Pássaros de Palhoça, com sede no Município de Palhoça". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0313.4/2008, de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que "Declara de utilidade pública a Associação Convention & Visitors Bureau de Tubarão e região, com sede no Município de Tubarão". Relator: Deputado Serafim Venzon. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0322.5/2008, de autoria do Deputado Pedro Uczai, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Ciclouários da Grande Florianópolis - VIACICLO, com sede no Município de Florianópolis". Relator: Deputado Serafim Venzon. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, e

RELATÓRIO DAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS NO PERÍODO DE 1/11/2008 À 30/11/2008

Quantidade	Material	Fornecedor	Valor Un.	Valor Total
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 233,50	R\$ 233,50
1	BANNER DE VINIL, 2,00x1,00m	MARIO DE SOUZA E CIA LTDA (MULTIART)	R\$ 130,00	R\$ 130,00
1	PLACA COMEMORATIVA EM AÇO FOTOGRAVADA TAMANHO 23 X 15 CM PARA HOMENAGEM EM SESSÃO SOLENE	ARTE MAXIMA IND. E COM DE PLACAS.	R\$ 130,00	R\$ 130,00
9,8	LAVAÇÃO DE ROUPAS	LAVANDERIA GOTINHA D'ÁGUA LTDA.	R\$ 6,50	R\$ 63,70
1	CONCERTO DE NOTEBOOK	JMIL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA	R\$ 110,00	R\$ 110,00
2	BANNER IMPRESSÃO DIGITAL	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 135,00	R\$ 270,00

Ofícios nºs 0372.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Centro de Integração Empresa Escola do Estado de Santa Catarina, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Serafim Venzon. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0378.6/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades da Associação Clube de Mães da Cidade de Laurentino, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0379.7/2008, que "Encaminha Relatório de Atividades do Clube da Lady, de Armazém, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Professor Grandó. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0380.0/2008, que "Encaminha o Relatório de Atividades do Conselho Comunitário do Bairro Passagem, de Tubarão, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Jean Kuhlmann. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade; 0381.1/2008, que "Encaminha Relatório de Atividades da Associação de Militares da Reserva e Pensionistas da Marinha, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0382.2/2008, que "Encaminha Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0383.3/2008 que "Encaminha Relatório de Atividades da Ação Social e Cultural de Paulo Lopes, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade, e 0384.4/2008, que "Encaminha Relatório de Atividades da Associação dos Moradores do Jardim Atlântico, de Florianópolis, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, pelo diligenciamento, foi aprovado por unanimidade. Na continuidade, o Senhor Presidente leu o ofício encaminhado pela Sra. Lourdes Maria Trentini, representante dos servidores do Estado de Santa Catarina, contendo reivindicações salariais. O Deputado Dirceu Dresch solicitou que a Comissão ouvisse um representante do Sintes para contribuir na relação servidor/Estado. O Senhor Presidente disse que concederá dez a quinze minutos, durante a reunião ordinária da Comissão, para que o representante entidade possa expor a situação. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Jean Kuhlmann

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E DE TECNOLOGIA
Of. CRM - 049/2008 Florianópolis, 01 de dezembro de 2008.
Ilmo. Senhor
Eder de Quadra Salgado
Coordenador de Publicação
ASSUNTO: Publicação Mensal do Relatório de Aquisição de Bens e Serviços.
Senhor Coordenador,
Para fins de publicação no Diário da ALESC, nos termos do Artigo 16 da Lei 8.666/93, encaminhamos o Relatório das Aquisições de Bens e Serviços efetuadas no período de 01/11/2008 à 30/01/2008.
Sem mais para o momento, renovamos nossos protestos de elevada consideração e apreço, colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.
Atenciosamente,

Francisco Carlos F. Pacheco
Coordenador de Recursos Materiais

1	APLICAÇÃO DE PELÍCULAS	DAILHA COM. E COLOCAÇÃO DE PELICULAS ME LTDA.	R\$ 714,14	R\$ 714,14
1	PLACA COMEMORATIVA EM AÇO FOTOGRAVADO TAMANHO 23 X 15 CM PARA HOMENAGEM EM SESSÃO SOLENE	ARTE MAXIMA IND. E COM DE PLACAS.	R\$ 130,00	R\$ 130,00
10	TOALHA DE ROSTO FELPUDA, ENCORPADA, 100% ALGODAO	COMERCIAL R. COSTA LTDA.	R\$ 9,30	R\$ 93,00
2	APARELHO DE SOM MICROSYSTEM CD MP3	MARY NOVIDADES	R\$ 199,00	R\$ 398,00
1	BANNER EM VINIL DE 1,40 X 2,00	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 205,00	R\$ 205,00
1	FAIXA PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 125,00	R\$ 125,00
20	ENVELOPES AUTO-SELANTES P/ ESTERILIZAÇÃO 90MM P/ 250MM	ILHA DENTAL	R\$ 22,66	R\$ 453,20
15	LENÇO UMEDECIDO BACTI KILL P/ DESINFECÇÃO	ILHA DENTAL	R\$ 11,56	R\$ 173,40
1	CONTROLE REMOTO PARA TV	ORLANDO MARTINS ELETRONICOS ME	R\$ 32,00	R\$ 32,00
20	CLIPS METALICO NIQUELADO PARA PAPEIS REVESTIDOS EM PLASTICO CAIXA COM 100UN	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 1,85	R\$ 37,00
1	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA PACOTE COM 907 GR	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 16,00	R\$ 16,00
1	LINECO CLEANIENG POWDER	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 154,00	R\$ 154,00
100	PAPEL JAPONES P/RESTAURAR OBRAS DE ARTE (PAPEL ARROZ GRAMATURA 45)	Pintela & Papier Materiais de Pintura e Desenho Ltda ME	R\$ 4,00	R\$ 400,00
1	REFEICAO - JANTAR	ASSOCIAÇÃO DOS PAI E AMIGOS DO CORAL INFANTO JUVENIL CRIANÇA FELIZ	R\$ 880,00	R\$ 880,00
1	PEN DRIVE CAPACIDADE DE 2.0 GB	MARY NOVIDADES	R\$ 35,00	R\$ 35,00
1	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LEITO TURISMO COM BANHEIRO	SILVETUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO.	R\$ 3.350,00	R\$ 3.350,00
1	HOTEL SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	BLUE TREE HOTELS E RESORTS S.A	R\$ 222,42	R\$ 222,42
4	AQUISIÇÃO DE LIVRO	LIVRARIAS CURITIBA LTDA (ATACADO DE LIVROS)	R\$ 16,80	R\$ 67,20
5	COLA VARIADA DE CONTATO (TIPO CASCOLA) GL.3,6	COMPENSADOS FERNANDES LTDA - FILIAL BARREIROS	R\$ 33,00	R\$ 165,00
50,4	PISO VINILICO - PAVIFLEX 30X30X2MM	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 28,00	R\$ 1.411,20
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ	FABIANO TRANSPORTES DE CARGA - ME	R\$ 280,00	R\$ 280,00
2	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE BEBEDOURO	ROSSONI REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO.LTDA	R\$ 55,00	R\$ 110,00
50	MEDALHA COMEMORATIVA DE MÉRITO, FUNDIDA, TRIDIMENSIONAL COM FITA DE CETIM.	ARTE MAXIMA IND. E COM DE PLACAS.	R\$ 116,00	R\$ 5.800,00
1	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LEITO	ZAPELINE E PACHECO DE VIAGENS E TURISMO	R\$ 900,00	R\$ 900,00
1	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE BEBEDOURO	ROSSONI REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO.LTDA	R\$ 55,00	R\$ 55,00
1	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE EM EVENTO REALIZADO NA ALESC	MARCELO BROGNOLI DA COSTA - PIS-170289004278	R\$ 841,00	R\$ 841,00
1	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE BEBEDOURO	ROSSONI REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO.LTDA	R\$ 55,00	R\$ 55,00
1	TORNEIRA ELETRICA MOVEL PARA PIA	GRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	R\$ 125,00	R\$ 125,00
5	PEN DRIVE CAPACIDADE 4.0 GB.	CRISTINE SALETE MACHADO ME (TRINDATA INFORMÁTICA)	R\$ 52,00	R\$ 260,00
5	AUTO TRANSFORMADOR ENTRADA 220V SAIDA 110V POTENCIA 100 W	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 48,00	R\$ 240,00
1	PLOTAGEM PRETO & BRANCO SULF AO	ALBERTO SCHUTZ NETO.	R\$ 4,00	R\$ 4,00
49	PLOTAGEM COLORIDA SULF A1 ESTENDIDA	ALBERTO SCHUTZ NETO.	R\$ 5,00	R\$ 245,00
14	PLOTAGEM COLORIDA SULF A1	ALBERTO SCHUTZ NETO.	R\$ 4,00	R\$ 56,00
63	PLOTAGEM COLORIDA SULF AO	ALBERTO SCHUTZ NETO.	R\$ 8,00	R\$ 504,00
1	CONCERTO DE APARELHO DE FAX	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 95,00	R\$ 95,00
1	CONCERTO DE APARELHO DE FAX	OFICINA SCHLEMPER LTDA.	R\$ 118,00	R\$ 118,00
50	ENVELOPE SEM TIMBRE TIPO SACO FORMATO 176X250 COR BRANCA COM 100 UNIDADES	FERNANDES E SOUZA LTDA EPP.	R\$ 10,50	R\$ 525,00
15	CARPETE 6 MM.	ABSOLUTO DIVISÓRIAS E PISOS	R\$ 42,00	R\$ 630,00
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ	FABIANO TRANSPORTES DE CARGA - ME	R\$ 280,00	R\$ 280,00
1	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LEITO TURISMO COM BANHEIRO	SILVETUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO.	R\$ 1.680,00	R\$ 1.680,00
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 233,50	R\$ 233,50
1	PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL DE PREGÃO	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÃO E IMPRESSÕES OFICIAIS	R\$ 212,50	R\$ 212,50
10	TONER TN 401k PARA COPIADORA E IMPRESSORA KONICA 7145	MILSUL COM. IMP. EXP. LTDA.	R\$ 322,00	R\$ 3.220,00
1	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS LEITO TURISMO COM BANHEIRO	ZAPELINE E PACHECO DE VIAGENS E TURISMO	R\$ 3.250,00	R\$ 3.250,00
60	AQUISIÇÃO DE LIVRO	VILSON CECHETTI	R\$ 25,00	R\$ 1.500,00
200	CONSTITUICAO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	LIVRARIAS CURITIBA LTDA (ATACADO DE LIVROS)	R\$ 15,25	R\$ 3.050,00
2	BOBINA TÉRMICA PARA PDV AMARELA 80MM X 40MM	SUPRIWEL DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA .EPP	R\$ 68,00	R\$ 136,00
80	REATOR ELETRONICO, PARTIDA RAPIDA, 2X40 W,220 V.	CASA DAS LÂMPADAS ELETRO COMERCIAL LTDA.	R\$ 18,20	R\$ 1.456,00
10	PORTA PAPEL HIGIENICO DE PLASTICO, PARA ROLAO DE 300 A 600 METROS	GERMANO CÉSAR GARCIA EPP. (CATARINENSE)	R\$ 23,50	R\$ 235,00
157	PLAQUETAS EM AÇO INOX FOTOGRAVADA 5 X 2 CM	ARTE MAXIMA IND. E COM. LTDA	R\$ 3,50	R\$ 549,50

11	PLACA COMEMORATIVA EM AÇO FOTOGRAVADO TAMANHO 23 X 15 CM PARA HOMENAGEM EM SESSÃO SOLENE	ARTE MAXIMA IND. E COM. LTDA	R\$ 130,00	R\$ 1.430,00
1	PLACA COMEMORATIVA EM AÇO FOTOGRAVADO PARA HOMENAGEM EM SESSÃO SOLENE COM DETALHE EM ACRILICO	ARTE MAXIMA IND. E COM. LTDA	R\$ 240,00	R\$ 240,00
1	PIRÂMIDE COM BASE EM MDF, 60 CM DE ALTURA, CONTENDO 3 FASES COM ADESIVOS.	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 2.670,00	R\$ 2.670,00
1	DISPENSER EMBALADOR DE GUARDA CHUVA	SEKURA EQUIPAMENTOS LTDA ME	R\$ 300,00	R\$ 300,00
1	CONCERTO DE IMPRESSORA MFC 8860DN	ESCRIMATE COM. REPR. MAT. ESCR. INF. LTDA	R\$ 230,00	R\$ 230,00
1	SERVIÇO DE FECHAMENTO DE FUNDO DE PALCO E LATERAIS COM MALHA TENCIONADA PRETA E ILUMINAÇÃO CÊNICA	ESTUDIO DE IDEIAS	R\$ 1.050,00	R\$ 1.050,00
10	LOCAÇÃO DE TOALHAS PARA MESA	LOCAÇÕES PEÇA AS PEÇAS LTDA ME	R\$ 12,00	R\$ 120,00
1	LOCAÇÃO DE MESAS PARA AUTORIDADES	LOCAÇÕES PEÇA AS PEÇAS LTDA ME	R\$ 250,00	R\$ 250,00
6	LOCAÇÃO DE MESAS DE PLASTICO	LOCAÇÕES PEÇA AS PEÇAS LTDA ME	R\$ 10,00	R\$ 60,00
10	LOCAÇÃO DE MESA DE FERRO BRANCO	LOCAÇÕES PEÇA AS PEÇAS LTDA ME	R\$ 50,00	R\$ 500,00
150	LOCAÇÃO DE CADEIRAS DE FERRO BRANCO	LOCAÇÕES PEÇA AS PEÇAS LTDA ME	R\$ 5,00	R\$ 750,00
1	LOCAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM PARA SESSÃO SOLENE.	ITS BALLON LOCAÇÃO DE MAT. E EQUIP. PARA EVENTOS LTDA	R\$ 1.950,00	R\$ 1.950,00
1	BANNER DE LONA	PLOT ART COMPUTAÇÃO GRAFICA LTDA-ME.	R\$ 320,00	R\$ 320,00
8	PLACA COMEMORATIVA EM AÇO FOTOGRAVADO PARA HOMENAGEM EM SESSÃO SOLENE COM DETALHE EM ACRILICO	ARTE MAXIMA IND. E COM. LTDA	R\$ 240,00	R\$ 1.920,00
7	REFEICAO - JANTAR	RESTAURANTE TOCA DA GAROUPA	R\$ 135,85	R\$ 950,95
1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ	FABIANO TRANSPORTES DE CARGA - ME	R\$ 4.980,00	R\$ 4.980,00
1	LOCAÇÃO DE SERVIÇO DE SOM	CLAIR EDUARDO-ME	R\$ 500,00	R\$ 500,00

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2018, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 049/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
2543	Juçara Helena Rebelato	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2019, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 050/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
2543	Juçara Helena Rebelato	
0947	Valter Euclides Damasco	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2020, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **VICTOR INACIO KIST**, matrícula nº 1039, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, na DAT - Coordenadoria de Serviços Gerais.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2021, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **ROSANI VIEIRA DE SOUZA**, matrícula nº 1103, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Psicologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, LEILA MARY PALUDO GOMES, que se encontra em fruição de licenças-prêmio e férias no período compreendido entre 1º de dezembro de 2008 e 28 de fevereiro de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2022, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JULIANA TANCREDO GALLOTTI**, matrícula nº 5090, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Julio Garcia).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2023, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MONIQUE DE SOUZA DA SILVA, matrícula nº 5789 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Julio Garcia).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2024, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **MARLY SCHATZ DE PAULA**, matrícula nº 5652, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputada Professora Odete de Jesus).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2025, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **WALDIR SOVERNIGO**, matrícula nº 5753, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Comissão de Educação, Cultura e Desporto).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2026, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR JOSÉ ALEXANDRE MACHADO, matrícula nº 4675, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Comissão de Educação, Cultura e Desporto).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2027, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ADEMIR BUZELLO**, matrícula nº 5517, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Elizeu Mattos).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2028, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **VALDENIR FRANCISCO CARDOSO MACEDO**, matrícula nº 5233, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Elizeu Mattos).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2029, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VALDENIR FRANCISCO CARDOSO MACEDO, matrícula nº 5233 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Elizeu Mattos).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2030, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CARVALHO, matrícula nº 5095, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Liderança, código PL/GAL-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de novembro de 2008 (Liderança do PT).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2031, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALBERTO LUIZ CONTINI**, matrícula nº 5782, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Romildo Titon).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2032, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **NARA PATRICIA RAMOS CORDEIRO**, matrícula nº 3317, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Romildo Titon).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2033, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR NARA PATRICIA RAMOS CORDEIRO, matrícula nº 3317 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Romildo Titon).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2034, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **LISSANDRA DUWE PASETTO**, matrícula nº 3001, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Romildo Titon).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2035, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR LISSANDRA DUWE PASETTO, matrícula nº 3001 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Romildo Titon).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2036, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: **LOTAR** o servidor **AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 1553, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-56, na Diretoria Geral.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2037, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **RITA DE CASSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-43, na DAT - Coordenadoria de Informações. Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2038, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
5652	Marly Schatz de Paula	15	19/11/08	2190/08
1969	Maristela D. da Silveira Lima	30	24/11/08	2189/08
1501	Claudir José Martins	40	24/11/08	2191/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2039, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1162	Anna Soraya Bacha	10	13/11/08	2188/08
1889	Anita Maria Cardoso Vieira	40	19/11/08	2192/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2040, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2187/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora **MARIA DE FATIMA DA ROCHA**, matrícula nº 0578, por 07 (sete) dias, a contar de 17 de novembro de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2041, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2201/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à servidora **SULA ELIANA BOIKO**, matrícula nº 3656, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18 de novembro de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2042, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Claudia Bressan da Silva	3850	3%	6%	15/11/08	2130/08
Vinicius Veiga Garcia Hamagushi	3415	3%	9%	12/11/08	2131/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2043, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR o servidor **JAIR JOSÉ DIAS**, matrícula nº 0449, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Controle e Manutenção do Banco de Dados da Legislação Estadual, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **ADELIA FERRARI CARDOSO**, que se encontra em licença para tratamento de saúde e fruição de férias no período compreendido entre 29 de outubro e 27 de dezembro de 2008 (DL - Coordenadoria de Documentação).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2044, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MARIO WERKA**, matrícula nº 4725, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Antônio Aguiar).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2045, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR DORNELES LUIZ MIOTTO BARANCELLI JUNIOR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Antônio Aguiar).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2046, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LINO DE SOUZA**, matrícula nº 5764, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2047, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VALDECI JOSÉ DA SILVA, matrícula nº 4212, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Dirceu Dresch).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2048, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOSÉ TORJALIO DO AMARAL**, matrícula nº 5852, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Comissão de Ética e Decoro Parlamentar).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2049, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

NOMEAR IVAN CARLOS PIMENTEL DA NEVES, matrícula nº 4543, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Comissão de Ética e Decoro Parlamentar).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2050, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOSÉ TORJÁLIO DO AMARAL, matrícula nº 5852, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputada Professora Odete de Jesus).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2051, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **CARLOS HENRIQUE CAMILO**, matrícula nº 3241, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputada Professora Odete de Jesus).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2052, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR WALTER SALVADOR, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputada Professora Odete de Jesus).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2053, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **NEIVA SALETE CASAGRANDE DO NASCIMENTO**, matrícula nº 5726, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputada Professora Odete de Jesus).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2054, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR SILVIA THAISA DA SILVA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Pedro Uczai).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2055, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2200/08

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde à servidora **ROSÂNGELA BITTENCOURT**, matrícula nº 0619, por 15 (quinze) dias, a contar de 15 de novembro de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2056, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2202/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde à servidora **VERA LEHMKUHL**, matrícula nº 1547, por 60 (sessenta) dias, a contar de 19 de novembro de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2057, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 2203/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família ao servidor **SÉRGIO ROGÉRIO FURTADO ARRUDA**, matrícula nº 0620, por 20 (vinte) dias, a contar de 22 de novembro de 2008.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2058, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR VILMAR CAROLLO, matrícula nº 5440, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Edson Piriquito).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2059, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR PIERRE FRANÇOIA MIRANDA TONIOTE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Nilson Gonçalves).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2060, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **AMILTON DA SILVA**, matrícula nº 5285, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Decio Goes).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2061, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **AMILTON DA SILVA**, matrícula nº 5285 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Décio Góes).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2062, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ROBSON BARBOZA**, matrícula nº 4511, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Decio Goes).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2063, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **ROBSON BARBOZA**, matrícula nº 4511 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Décio Góes).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2064, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **LEANDRO CROZETA LOLLÍ**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Décio Góes).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2065, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **LUIZA MELLILO ZANIBONI**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de dezembro de 2008 (Deputado Décio Góes).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2066, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **HELIO ESTEFANO BECKER FILHO**, matrícula nº 1332, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-57, na Consultoria Legislativa.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2067, de 01/12/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 051/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2543	Juçara Helena Rebelato	
0947	Valter Euclides Damasco	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 312/08

Autoriza o Poder Judiciário a alienar imóvel no Município de Balneário Camboriú.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a alienar imóvel de propriedade do Estado, matriculado sob o nº 23223, em fls. 220, do Livro nº 2, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Balneário Camboriú, em data de 13 de outubro de 1982.

Art. 2º A alienação, mediante processo de licitação, será realizada de acordo com a Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações pertinentes.

Art. 3º Cabe à Diretoria-Geral Administrativa deflagrar e executar o procedimento licitatório previsto por esta Lei.

Art. 4º A receita da alienação do imóvel será destinada ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça, consignando-se recursos necessários a obras no imóvel que é sede atual da Comarca.

Art. 5º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de novembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 330/08

Autoriza a doação de imóvel no Município de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina o imóvel contendo a área de quatro mil, trezentos e quatorze metros e dezoito decímetros quadrados, constituído pelo lote nº 42, quadra nº 146, matriculado sob o nº 32.108 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas e cadastrado sob o nº 03008 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação visa possibilitar a construção do novo Fórum da Comarca de Canoinhas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:
I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e
III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Tribunal de Justiça, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de novembro de 2008
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***